

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR

Pró Reitoria de pesquisa e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

Scheila Bulhões Santana

**Agricultura urbana em territórios populares da Região Metropolitana
de Salvador: Uma prática contra-hegemônica?**

Salvador-Ba

2022

Scheila Bulhões Santana

**Agricultura urbana em territórios populares da Região Metropolitana
de Salvador: Uma prática contra-hegemônica?**

Dissertação apresentada como parte do requisito à obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maya Constance Manzi Delaporte

Salvador-Ba

2022

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica. UCSAL. Sistema de Bibliotecas

S232 Santana, Scheila Bulhões
Agricultura urbana em territórios populares da Região
Metropolitana
de Salvador: uma prática contra-hegemônica? / Scheila Bulhões
Santana. – Salvador, 2022.
99 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador. Pró-
Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Planejamento
Territorial e Desenvolvimento Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maya Constance Manzi Delaporte.

TERMO DE APROVAÇÃO


SCHEILA BULHÕES SANTANA

**"Agricultura urbana em territórios populares da Região
Metropolitana de Salvador: Uma prática contra-hegemônica?"**.

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de
Mestre(a) em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Salvador, 30 de setembro de 2022.

Banca Examinadora:



Prof. Dra. Silvana Sá de Carvalho - UCSAL (orientadora - Ad Hoc)



Prof. Dra. Cristina Maria Macedo de Alencar (examinadora interna)



Prof. Dra. Maria do Carmo Soares de Freitas (UFBA) (examinadora
externa)

SCHEILA BULHÕES SANTANA

**Agricultura urbana em territórios populares da Região Metropolitana
de Salvador: Uma prática contra-hegemônica?**

Dissertação apresentada como parte do requisito à obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador.

BANCA AVALIADORA

Local:

Data:

Horário:

Profa. Dra. Cristina
Maria Macêdo de Alencar

Profa. Dra. Maria do Carmo
Soares de Freitas

Salvador-Ba

2022

AGRADECIMENTOS

O desejo de cursar o mestrado sempre existiu em mim. Acreditar que é possível passou a acontecer com o decorrer do processo de escrita da dissertação até o momento de sua finalização. Afinal, com tantas demandas em uma única vida, faz-se preciso sonhar dobrado. Mas, para mim, é necessário fechar os ciclos para dar início aos novos ciclos.

A trajetória percorrida durante os estudos foi longa e árdua, sobretudo quando acontece em meio a pandemia do Covid-19, em que foi preciso conciliar família, trabalho, estudos e pesquisa. Neste processo, a ajuda preciosa do meu marido Adson, meu filho João Daniel e família foram fundamentais. Tive deles apoio incondicional em todas as etapas deste caminho.

Quero agradecer a todos os colegas que me indicaram leituras e sugeriram pessoas com quem eu pudesse conversar, foram fundamentais durante meu processo de levantamento.

Aos moradores da Ocupação Mariele Franco – Simões Filho, Comunidades Quilombola: Rio dos Macacos, Quingoma, Danda, Parque Continental Alto da Conquista – Simões Filho, Barris, Jardim Cajazeira, KM-17, Alto do Coqueirinho, pela colaboração nas entrevistas e nas respostas aos questionários aplicados nas atividades de campo.

Agradeço a professora Dr^a Maya Constance Manzi Delaporte, minha orientadora, incentivadora que não me abandonou nem mesmo nos momentos mais complicados, quando achei não ser possível seguir. Apoiando-me incondicionalmente, sempre apresentando os caminhos que poderia seguir e generosamente compartilhando saberes e me deixando sempre livre para escolher que rumo seguir.

Agradeço a professora Dr^a Cristina Aguiar sua compreensão, sua fala humana e rica de conhecimento, que marcou muitos momentos os quais tive oportunidade de ouvi-la.

Agradeço a professora Dr^a Maria do Carmo Soares de Freitas sua simpatia e sutileza no parecer encaminhado, foi emocionante ouvi-la.

“Não sei se a vida é curta ou longa para nós, mas sei que nada do que vivemos tem sentido, se não tocarmos o coração das pessoas. Muitas vezes basta ser: colo que acolhe, braço que envolve, palavra que conforta, silêncio que respeita, alegria que contagia, lágrima que corre, olhar que acaricia, desejo que sacia, amor que promove.” (Cora Coralina)

Em meu coração vocês terão.... minha eterna gratidão.

EPÍGRAFE

Se plantar o arroz ali,
se plantar o milho a cula,
um jeito de produzir,
pra gente se alimentar.
Primeiro cantar do galo,
já se levanta da cama,
e o camponês se mistura
a terra que tanto ama.

Amar o campo, ao fazer a plantação,
não envenenar o campo é purificar o pão.

Amar a terra, e nela plantar semente,
a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.
A gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.

Caminhos Alternativos - Zé Pinto

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral identificar e analisar os elementos contra-hegemônicos presentes na agricultura urbana realizada em assentamentos populares da Região Metropolitana de Salvador (BA), observando a sua relevância quando avaliado no contexto nacional e sua influência sobre a humanidade indo contra ao movimento capitalista na sociedade. Dessa forma, procurou-se identificar práticas contra-hegemônicas e as possíveis implicações socioambientais de uma agricultura urbana nos territórios populares de Salvador. Além de trazer questões acerca de práticas agrícolas no espaço urbano que possam contribuir com a transformação das cidades em espaços de vida mais dignos e sustentáveis, com o estímulo a atividades que recriam condições para que se restabeleçam relações de reciprocidade, cuidado e respeito entre sociedade e natureza, oportunizando as práticas ecologicamente sustentáveis e socialmente emancipatórias de grupos historicamente marginalizados. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com moradores e lideranças de comunidades envolvidas em agricultura urbana na forma de quintais produtivos individuais ou de hortas urbanas comunitárias. Os resultados da pesquisa demonstram que as atividades relacionadas com a produção de alimentos fazem parte do cotidiano coletivo dos habitantes de assentamentos populares, as quais contribuem para a concretização do direito à cidade no sentido de criar “novos” espaços urbanos onde seja possível. Desse modo, abrem-se oportunidades para que grupos sociais subalternizados desenvolvam modos de vida mais autônomos, dignos, inclusivos, saudáveis e sustentáveis, demonstrando que as hortas impactaram de maneira positiva, sendo então favorável sua execução. Os resultados da pesquisa também demonstram que os processos desenvolvidos pelos agricultores podem potencializar sentimentos contra-hegemônicos, colaborando com a formação de uma estrutura com capacidade de incentivar a manutenção do seu próprio lugar, desenvolvendo atividades próprias, mesmo sob forte influência da globalização. Além de mostrar que os quintais produtivos, apesar da sua dimensão individualizada, em comparação com as hortas comunitárias, também constituem um passo importante em direção à construção de comuns urbanos, já que a própria dinâmica da agricultura de pequeno porte se orienta para práticas de compartilhamento, reciprocidade e cuidado do Outro, humano e não humano.

Palavras-chave: hortas urbanas, agricultura urbana, direito à cidade, comum, assentamentos populares, práticas contra-hegemônicas.

ABSTRACT

This research has the general objective of identifying and analyzing the counter-hegemonic elements present in urban agriculture carried out in popular settlements in the Metropolitan Region of Salvador (BA), observing its relevance when evaluated in the global context and its influence on humanity going against the movement capitalist in society. Thus, we sought to identify counter-hegemonic practices and the possible socio-environmental implications of urban agriculture in the popular territories of Salvador. In addition to raising questions about agricultural practices in urban spaces that can contribute to the transformation of cities into more dignified and sustainable living spaces, encouraging activities that recreate conditions for reestablishing relationships of reciprocity, care and respect between society and society. nature, providing opportunities for ecologically sustainable and socially emancipatory practices of historically marginalized groups. This is a qualitative research with literature review and semi-structured interviews with residents and community leaders involved in urban agriculture in the form of individual productive backyards or community urban gardens. The research results demonstrate that activities related to food production are part of the collective daily life of the inhabitants of popular settlements, which contribute to the realization of the right to the city in the sense of creating “new” urban spaces where possible, for groups social subalternities, to develop more autonomous, dignified, inclusive, healthy and sustainable ways of life, thereby showing that the gardens had a positive impact, and their implementation was then favorable. The research results also demonstrate that the processes developed by farmers can potentiate counter-hegemonic feelings, collaborating with the formation of a structure capable of encouraging the maintenance of their own place, developing their own activities, even under the strong influence of globalization. In addition to showing that productive backyards, despite their individualized dimension, compared to community gardens, also constitute an important step towards the construction of urban commons, since the very dynamics of small-scale agriculture is oriented towards sharing practices. , reciprocity and care for the Other, human and non-human.

Keywords: urban gardens, urban agriculture, right to the city, the commons, popular settlements, counter-hegemonic practices.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Região Metropolitana de Salvador com identificação das principais localizações estudadas.....	21
Figura 2 – Horta urbana sobre telhado é inaugurada em Paris.....	31
Figura 3 – Hortas urbanas, como a da Faculdade de Medicina da USP, são exemplos de trabalho comunitário intenso.....	37
Figura 4 – Salvador e os limites do “miolo” e do Cabula	44
Figura 5 – Quintal Produtivo Sr Nilton (Ocupação Mariele Franco)	50
Figura 6 – Vista / Localização do Centro Social Urbano de Castelo Branco.....	79
Figura 7 – Momentos na horta Centro Social Urbano de Castelo Branco.....	80
Figura 8 – Momento de Feira orgânica no Quilombo Dandá	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Total de hortas e Pomares (SEIS)
Tabela 2	O cultivo nas Hortas Comunitárias e Quintais Produtivos

LISTA DE SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MSTB	Movimento Sem Teto da Bahia
RMS	Região Metropolitana de Salvador
MST	Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra
GAMBÁ	Grupo Ambientalista da Bahia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
FAO	Organização das Nações Unidas Agricultura e Alimentação (Food and agriculture organization of United Nations)
IDRC	Centro Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento (International Development Research Center)
PEAU	Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana
RUAF	Rede Internacional de Centros de Recursos em Agricultura Urbana e Segurança Alimentar
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

Caminhos Alternativos - Zé Pinto	8
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	13
1 Introdução	16
1.1 Contextualização	16
1.2 Objetivos geral e específicos	18
1.3 Metodologia	19
1.4 Referencial Teórico	21
1.5 Justificativa	23
1.6 Estrutura da dissertação	24
2 Agricultura Urbana	25
2.1 O conceito de Agricultura Urbana	25
2.2 A Agricultura Urbana no Cenário Internacional	29
2.3 A Agricultura Urbana no Cenário Nacional	33
2.3.1 Arcabouço Legal e Políticas Públicas	33
2.3.2 Experiências de Agricultura Urbana no Brasil	33
2.3.3 Desafios	39
2.3.4 Potencialidades	42
2.4 Histórico da agricultura urbana em Salvador	44
2.5 Formas de agricultura urbana em Salvador	47
2.5.1 Quintais produtivos individuais	49
2.5.2 Hortas comunitárias	51
2.5.3 Agricultura Urbana em assentamentos populares	52
3 Agricultura urbana como prática contra-hegemônica	52
3.1 Agricultura Urbana e Ecofeminismo	52
3.2 Agricultura Urbana e Comum	55
3.3 Agricultura Urbana e Direito à Cidade	59
3.4 Agricultura Urbana e Soberania Alimentar	61
4 Agricultura Urbana em assentamentos populares da RMS	66
4.1 Resultados	66
4.2 Sobre os/as agricultores/as	67
4.3 Sobre o espaço	69
	14

4.4	Sobre a horta: manejo, solo, adubo, cultivos	71
4.5	Sobre a água	75
4.6	Sobre o lixo	77
4.7	Casos Emblemáticos	79
4.7.1	Horta Comunitária do Castelo Branco	79
4.7.2	Horta Comunitária do Quilombo Dandá	80
5	Considerações finais	81
	REFERÊNCIAS	84
	ANEXO A – Questionário Aplicado	92

1 Introdução

1.1 Contextualização

Nas últimas décadas, a agricultura urbana encontra-se em processo de expansão e tem se apresentado como alternativa para a concretização da soberania alimentar e do direito à cidade nas grandes cidades do Sul Global (PURCELL e TYMAN, 2019; SCHITTINI, 2020; SHILLINGTON 2013; SOUZA, 2014; ZAAR, 2011). Gittleman (2009) reflete sobre a existência de um movimento para o retorno da produção de alimentos nas cidades, pontuando que boa parte da população mundial é urbana, com o objetivo de reduzir os impactos ambientais da agricultura industrial extensiva e proporcionar o acesso a alimentos, com preços acessíveis para toda a comunidade.

A região metropolitana de Salvador tem se mostrado adepta ao movimento de criação e consolidação das hortas urbanas comunitárias e quintais produtivos gerenciados de forma autônoma, individual ou coletivamente, fazendo uso de relações comunitárias e redes sociais urbanas, mostrando benefícios que transcendem questões ligadas à saúde, meio ambiente, trabalho e modo de vida (PARAGUASSÚ, 2013; FERNANDES, R. B.; REGINA, M. E. R, 2005). A horta urbana pode, então, ser configurada como um espaço e modo de vida alternativos, que contribuem amenizando questões relacionadas ao desemprego, empobrecimento e precarização das condições de vida em assentamentos populares nessa localidade.

A Agricultura Urbana tem relevância particular no Brasil, onde grande contingente da população urbana são camponeses expulsos das suas terras pelo processo de modernização da agricultura no campo, o que favoreceu um grande êxodo rural e um processo de urbanização acelerada nas grandes capitais do país (COUTINHO, 2010; SANTOS, M., 2008). Com a chegada dessa população na cidade, houve um aumento considerável na necessidade por moradia e serviços públicos ocasionando um crescimento desordenado, refletindo assim no aumento da população desempregada e de trabalhos informais, bem como o surgimento de ocupações à beira dos rios e encostas. Em Salvador, esses lugares são ocupados pelos segmentos mais pobres da sociedade, em sua maioria negros, além de terem sido enclaves onde se desenvolveu agricultura urbana, já que estes migrantes vinham com o conhecimento adquirido no campo de cultivar a terra.

Entender o processo histórico que envolve a produção dos espaços urbanos é de fundamental importância para o tratamento dessa realidade. As análises realizadas por Koga (2003) quanto às desigualdades sociais que dizem respeito ao surgimento de cidades concretas, complexas, de populações distintas, nos mostra também a necessidade de uma análise mais ampla dessa realidade indo além da própria constatação das desigualdades. Se faz necessário pensar em estratégias voltadas para a inclusão, para a justiça ambiental e, principalmente para a diminuição das desigualdades socioespaciais existentes. Dentro desse percebe-se que a realidade do espaço urbano da cidade do Salvador configura-se desigual, determinando assim uma separação da população de acordo com sua renda. Essa realidade se reflete diretamente na distribuição racial, uma vez que a parcela negra da população é, em grande parte, a mais pobre da cidade, por processos históricos que remontam ao escravismo colonial (SANTOS, 1993).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apresenta que Salvador é a capital brasileira com maior número de pessoas vivendo em favelas, com mais de 33% da população da cidade vivenciando essas condições de moradia (IPEA, 2012). Já o censo do IBGE (2010) mostra que Salvador é a segunda capital brasileira em número de habitantes vivendo em situações precárias e de pobreza, sendo que 33% recebem renda per capita mensal de até ½ salário-mínimo. Neste contexto, no qual as pessoas que moram em assentamentos precarizados e não têm condições financeiras para uma alimentação saudável, a agricultura urbana pode trazer melhoria na qualidade de vida e na dignidade humana.

A velocidade das mudanças ocorridas dentro do contexto social, a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais, nos mostra que se torna cada vez mais difícil delimitar fronteiras entre o rural e o urbano. Em estudo realizado na Alemanha Ocidental, Pongratz (1990) mostra que a existência de elementos tradicionais da chamada “farming culture” não só persistiram como estão firmemente ancorados em largas camadas da população rural, até mesmo em pessoas empregadas em modernas empresas industriais. Este fenômeno também pode ser observado no contexto da agricultura urbana em Salvador, onde práticas, valores e modo de viver tipicamente do campo são levados para a realidade urbana.

Carneiro (1998) relata que durante o século XX aconteceu um grande movimento relacionado a debates sobre o tema campo-cidade e destaca três correntes de pensamento nesse sentido. A primeira entende a relação entre a urbanização e a modernização do “rural” como o surgimento de possibilidades na constituição de novas formas de sociabilidades

criadas a partir desse encontro. A segunda corrente percebe as relações entre campo e cidade como facilitadora da construção de novas ruralidades. A terceira corrente, por sua vez, nega a dicotomia rural-urbano. Neste estudo, consideramos a agricultura urbana como manifestação ou expressão de ruralidades dentro do contexto urbano.

Refletindo ainda sobre as práticas urbanas realizadas pela população moradora de bairros periféricos, de modo informal e espontâneo, como parte de processos e lutas que compõem a realidade urbana atual, essas práticas revelam possibilidades de diversificação de formas de uso dos espaços urbanos, apresentando uma nova perspectiva de inserção de produtores no mercado urbano, mesmo que informalmente, com a venda da produção. Santos (2008 [1981]) fala que dado sua localização, seu prestígio e possibilidade de remuneração, os produtores rurais urbanos permanecem em desvantagem, visto que existe nas cidades uma disputa pelo uso da terra para realização de diversas atividades econômicas, formais e informais, que procuram assegurar à terra um valor de troca (SINGER, 1979).

Dessa forma percebe-se que a agricultura urbana deve ser considerada como uma prática localizada no limiar entre o rural e o urbano, já que a sua prática implica na transferência do saber fazer e de um modo de ser rural para dentro do ecossistema urbano. Este modo de ser rural traz para a cidade a possibilidade de produzir espaços urbanos alternativos, onde hábitos e valores de solidariedade e pertencimento à natureza podem ser reinstituídos.

1.2 Objetivos geral e específicos

O estudo tem como objetivo geral identificar e analisar os elementos contra-hegemônicos presentes na agricultura urbana de assentamentos populares da Região Metropolitana de Salvador. Os objetivos específicos incluem:

- a) Entender o conceito, a importância e as experiências de agricultura urbana a nível nacional;
- b) Identificar os elementos que fazem da agricultura urbana uma prática contra-hegemônica;
- c) Entender as implicações socioambientais de uma agricultura urbana contra-hegemônica nos territórios populares de Salvador;

1.3 Metodologia

Como metodologia para construção desta pesquisa, fez-se uso de um levantamento bibliográfico com foco no tema da agricultura urbana e sua relação com o ecofeminismo, a soberania alimentar, e, o comum e o direito à cidade. Entendendo que o ecofeminismo, busca promover a produção de alimentos saudáveis, e que tais práticas representam o questionamento, a resistência e o enfrentamento ao capitalismo e ao patriarcado. Assim percebe-se que quando colocada a soberania alimentar como instrumento político, ele fortalece a luta dos movimentos sociais, democratizando e ampliando o acesso à direitos sociais tais como: educação, saúde, acesso à água, produção agroecológica e a valorização do cultivo tradicional. Entendo que estas relações podem ser consideradas como molas propulsoras para identificação de relações contra-hegemônicas. Além disso, foi realizado um levantamento das hortas urbanas existentes na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Este levantamento foi realizado com a Secretaria de Sustentabilidade de Salvador – SESIS. Realizada análise das hortas indicadas na listagem encaminhada pela SESIS, foi percebido que esses espaços para produção de alimentos traziam objetivos diferentes por parte dos envolvidos, já que a maioria se encontrava em bairros de classe média. No entanto, sendo o objetivo da pesquisa analisar a agricultura urbana na sua dimensão contra-hegemônica, fez-se necessário redirecionar o foco nos territórios populares¹ onde a prática da agricultura urbana está inserida num processo mais amplo de luta contra injustiças sociais e ambientais.

Dessa forma, foi redefinido o campo de atuação e característica principal da horta comunitária ou quintal produtivo, buscando contato com representantes de associações, movimentos sociais, ONGs e instituições que atuam em territórios populares, tais como: Movimento dos Sem-Teto da Bahia (MSTB), Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST), Grupo Ambientalista da Bahia (GAMBÁ), TETO, Projeto Canteiros Coletivos, Instituto de Permacultura da Bahia, bem como líderes das comunidades do KM17, Bairro da Paz, Jardim Cajazeira, Castelo Branco, Imbuí, Barris, Alto do Coqueirinho, além dos líderes de comunidades remanescentes quilombolas.

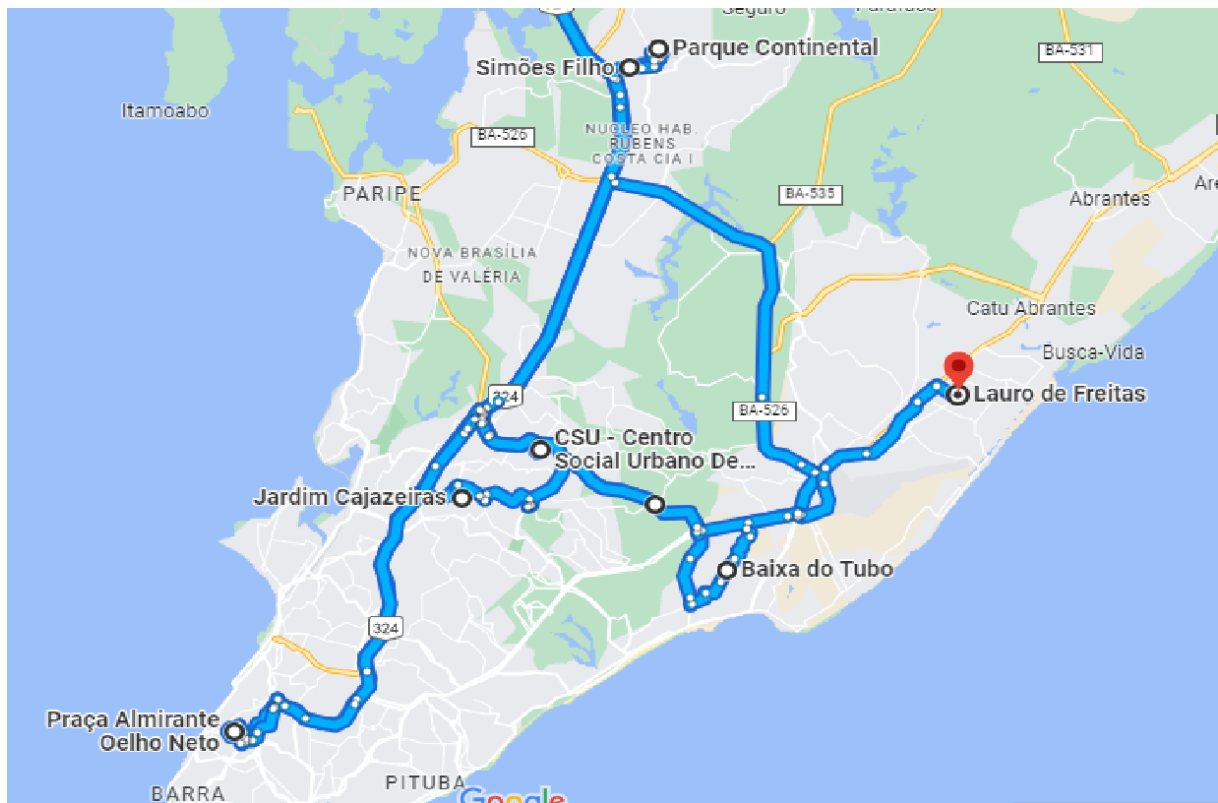
¹ De acordo com Soares (2006), “território popular” corresponde a um espaço social existente, constituído dentro do contexto de desigualdade social e empobrecimento urbano.

Na maioria dos casos não existia projeto de horta comunitária, já que para a maioria se faz necessário a utilização de espaços maiores subutilizados. Das cinco comunidades quilombolas existentes na RMS (Comunidade Quilombola Quingoma, localizada no município de Lauro de Freitas-BA, Comunidade Quilombola Alto do Tororó, localizada no município de Salvador, Comunidade Quilombola de Dandá, localizada no município de Simões Filho-Ba, Comunidade Quilombola Rio dos Macacos, localizada nos limites entre os municípios de Simões Filho e Salvador, e a Comunidade Quilombola Pitanga dos Palmares, localizada no município de Simões Filho-Ba), apenas uma, a Comunidade Quilombola de Dandá, possui horta comunitária ativa. As demais, mesmo possuindo a agricultura urbana como prática pertencente ao cotidiano, enfrentam problemas para criação, gestão e manutenção das hortas, pois a limitação de espaço e a dificuldade do acesso à água é uma realidade. As comunidades remanescentes quilombolas aqui pesquisadas foram sendo indicadas principalmente por membros do MSTB-Ba, com indicação de possível existência da prática da agricultura no território.

Uma vez que os quintais produtivos e hortas comunitárias foram identificadas dentro de ocupações ou comunidades através de contato com movimentos sociais e líderes comunitários, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os responsáveis diretos pela horta comunitária ou quintal produtivo. Diante das restrições geradas pela COVID-19, alguns responsáveis preferiram que as entrevistas ocorressem em meio virtual através de vídeo chamada ou ligação telefônica. Um fato interessante é que essa opção foi feita principalmente para os responsáveis pelas hortas comunitárias. Já nas entrevistas com os responsáveis pelos quintais produtivos situados na região de Simões Filho a visita foi realizada in-loco, com apresentação do espaço de cultivo.

O trabalho de campo foi realizado nos meses de março a julho do ano de 2021 e consistiu na condução de um total de 17 entrevistas, sendo que 10 delas foram realizadas com responsáveis de quintais produtivos e 7 com responsáveis de hortas comunitárias. A maioria das hortas pesquisadas são localizadas nas municipalidades de Simões Filho e Lauro de Freitas e o restante nos Bairros de Castelo Branco, Barris, Alto do Coqueirinho, e Jardim Cajazeiras, na Região Metropolitana de Salvador, conforme Gráfico abaixo. Importante pontuar que as hortas indicadas não possuem vínculo com a Secretaria de Sustentabilidade de Salvador – SESIS ou setor/órgão ligados ao estado ou município; Tratando assim de hortas existentes em territórios populares independentes.

Figura 1: Região Metropolitana de Salvador com identificação das principais localizações estudadas



Fonte: Imagem extraída da Web com utilização do Google Maps (2022)

Os temas abordados nas entrevistas incluíram as principais características das práticas agrícolas desempenhadas, os sujeitos envolvidos, as relações de produção e comercialização, os cuidados individuais e coletivos com a horta, bem como as potencialidades e os desafios destas iniciativas para os envolvidos.

1.4 Referencial Teórico

A agricultura urbana não é um fenômeno novo, ela sempre existiu dentro das cidades². Relatos históricos evidenciam no funcionamento das primeiras cidades o cultivo de alimentos.

² Para o sociólogo e filósofo marxista Henri LEBEVRE, em seu livro *O Direito à Cidade*, ele define a cidade como "uma realidade presente, um dado prático, sensível e arquitetural" (p.57). Já Milton SANTOS, em 1994, apresenta a definição de cidade como: "o particular, o concreto e o interno" e ao urbano "o abstrato, o geral e o externo" (p.69).

Aristóteles³, Virgílio⁴ sinalizam que a Agricultura Urbana sempre existiu, comprovando, assim, que o cultivo de alimentos nas cidades não é algo novo, e que sempre foi através dele que as populações se alimentam. Sendo dessa forma concluir que não existiria civilização urbana sem uma agricultura inerente a ela. Corroborando com tal informação, Bairoch (1985) traz que o componente agrícola urbano sempre esteve presente, vindo desde as cidades do neolítico até as cidades modernas, embora tenha sido negligenciado ou ignorado pelos poderes públicos e cientistas.

Ferreira e Castilho (2007, p.6) definem a Agricultura Urbana como sendo: “uma atividade social de cultivo, produção e processamento de artigos alimentícios e não alimentícios, praticada nos espaços intra e/ou peri-urbanos; utilizando-se e disponibilizando os recursos humanos e materiais do, para e por meio do espaço urbano.” Corroborando com a ideia percebe-se que a agricultura urbana está além da produção, tratando-se assim de um movimento mais amplo que envolve práticas interrelacionada a outros sistemas urbanos, sobre os quais exerce impacto, tais como: a saúde, uso do solo e gestão de resíduos. Nesta perspectiva, a agricultura urbana surge como uma possibilidade de enfrentar não apenas os desafios do crescimento das cidades diretamente relacionados à questão da segurança alimentar, mas também aqueles implicados de forma indireta nos sistemas urbanos interrelacionados à própria prática.

A agricultura urbana vem aos poucos ganhando visibilidade, sendo pautada e praticada por movimentos sociais urbanos e inserida em debates e agendas de políticas públicas quando são discutidas questões socioambientais na cidade, relacionadas à presença de áreas verdes, ao conforto ambiental, à segurança alimentar, ao acesso à terra e a direitos fundamentais como o direito a uma vida digna. Além disso, apresenta-se como um importante componente econômico, quando se possibilita a autosuficiência alimentar, já que promove a produção de alimentos e o acesso a eles na cidade, onde tudo se é comprado, mostrando o potencial democratizador dessa prática. O uso de espaços públicos ou privados para a agricultura urbana também contribui para garantir a função social da propriedade e da cidade, como estipulado na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Cidade de 2001.

³ O filósofo grego, em seu texto reflexivo Política, nos livros VII e VIII, analisa a estrutura dos centros urbanos iniciais e sua relação com os poderes públicos e seus habitantes.

⁴ Em sua obra As Geórgicas, que constam de 4 livros, o poeta romano Publius Vergilius Maro escreve um tratado sobre a agricultura que fazia apologia da vida do campo e dignificação da classe rural.

Deve-se entender que a agricultura urbana pode ser efetivamente considerada como uma alternativa ao atual padrão de produção e comércio de alimentos, que é baseado em uma economia capitalista de escala que favorece grandes fornecedores, e que em sua maioria, utiliza em sua produção produtos químicos e métodos agrícolas nocivos, diferente da agricultura urbana que tende a utilizar métodos orgânicos de produção e a venda local de alimentos frescos e saudáveis, estimulando uma nova cultura de alimentação e de convívio social (MARTINEZ et al., 2010; GREWAL, S.S.; GREWAL, P., 2012).

De Moraes (2010), refletindo sobre o conceito defendido por Gramsci para hegemonia, ele pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras. Além de congregar as bases econômicas, a hegemonia tem a ver com juízos de valor e princípios entre sujeitos da ação política. Nesta perspectiva, investigamos os elementos que fazem da agricultura urbana uma prática contra-hegemônica, especialmente na sua relevância para a soberania alimentar, a criação de comuns urbanos, a promoção de valores ecofeministas e a concretização do direito à cidade.

1.5 Justificativa

Sou do interior, nasci em Vitória da Conquista, atualmente considerada a terceira maior cidade do estado da Bahia. Como toda cidade do interior, a presença marcante da “roça” em seu cotidiano é uma verdade. Cresci vendo minha mãe, dona Conça, aproveitar os espaços existentes em casa com hortas onde eram cultivadas hortaliças, ervas medicinais, flores, plantas decorativas e plantas frutíferas. Lembro-me que com o cultivo da terra aprendi a compartilhar mudas e sementes. Foi também percebido por mim que técnicas utilizadas no passado permaneciam sendo a melhor opção, e que o pouco cultivado, muito significava na mesa da família.

Quando me mudei para Salvador, capital da Bahia, vivia aproveitando as áreas livres que permitiam cultivo disponíveis em casa, ali reproduzia o que havia aprendido com minha mãe. Mais tarde, já envolvida e atuante na área da gastronomia, conseguia sentir perfeitamente a diferença que uma erva fresca fazia no prato, passando a cultivar ainda mais ervas aromáticas em minha varanda.

Vivendo na Capital percebi como era limitado o acesso a determinadas ervas, que um “pedaço de chão” faz toda a diferença na vida de uma família, que a terra, se cultivada, tem o poder de proporcionar uma mesa com mais verde, podendo também contribuir com recursos financeiros vindos da comercialização do excedente da produção. Neste momento, percebi que a agricultura urbana pode, e deve, ser vista como uma poderosa ferramenta transformadora. Foi assim que essa pesquisa começou: na necessidade de mostrar a importância e quão transformador pode ser a arte de cultivar.

Atualmente, o papel da agricultura urbana mais estudada consiste na contribuição à segurança alimentar das populações, podendo ser justificado ao fato de que metade das pessoas são classificadas como as que passam fome (840 milhões, segundo a FAO) moram atualmente nas cidades. Porém poucas pesquisas abordam a agricultura nas suas várias dimensões contra-hegemônicas originadas nos sentimentos existentes na população mais carente. Servindo como arcabouço para reflexão sobre o processo de globalização como processo alavancado por fatores hegemônicos cuja influência ao modelo atual têm estimulado o crescimento em detrimento do desenvolvimento sustentável, além de apresentar os elementos presentes na agricultura familiar, que despontam os processos organizativos, cujas interações desenvolvidas com as comunidades das quais fazem parte estabelecem, dessa forma, vínculos sociais, econômicos, políticos e culturais.

O estabelecimento dessas relações interativas pode possibilitar a construção de espaços participativos e solidários que alavanquem as atividades básicas da agricultura familiar, ou seja, a produção e a comercialização de seus produtos, como sendo práticas contribuintes essenciais para a soberania alimentar. Podendo destacar assim que os processos organizativos desenvolvidos pelos agricultores familiares, além de potencializar sentimentos contra-hegemônicos, podem viabilizar ações coletivas em prol da agroecologia, ao direito à cidade e a soberania alimentar.

1.6 Estrutura da dissertação

A dissertação está estruturada em quatro capítulos: no primeiro, identificado como sendo a Introdução, há uma breve apresentação dos principais conceitos abordados no neste estudo, além da apresentação do objeto de estudo, com delineamento e caracterização da cidade de Salvador, a metodologia aplicada e justificativa.

No segundo capítulo, **Agricultura urbana**, apresenta-se a dimensão teórico-conceitual da agricultura urbana além de traçar o seu histórico e suas principais características no cenário internacional, nacional e local.

No terceiro capítulo, **Agricultura urbana contra-hegemônica**, buscou-se apresentar os diversos conceitos e aspectos que podem caracterizar a agricultura urbana como prática contra-hegemônica, destacando o ecofeminismo, o direito à cidade, o comum e a soberania alimentar.

Por último, no quarto capítulo intitulado **Agricultura urbana em assentamentos populares da Região Metropolitana de Salvador**, é feita uma apresentação geral dos dados coletados associando-os aos conceitos aqui abordados, identificando as possíveis práticas contra hegemônicas entendendo suas implicações socioambientais de uma agricultura urbana praticada em territórios populares de Salvador.

2 Agricultura Urbana

2.1 O conceito de Agricultura Urbana

Na década de 1980, os debates sobre Agricultura Urbana surgiram a partir da emergência de um novo pensamento ambiental (COUTINHO e COSTA, 2011). A Organização das Nações Unidas Agricultura e Alimentação - FAO (1999) define a Agricultura Urbana como qualquer prática agrícola produzida dentro da cidade ou em torno dela. As hortas e/ou criações voltadas para a subsistência ou para o comércio de pequeno porte estão incluídas nessa categoria.

Mougeot (2000) diz que na prática a agricultura urbana de uma certa forma desenvolve sua capacidade de enfrentamento para diversos desafios, sendo ela estimulada por uma rede de fatores, dentre os quais encontram-se a pobreza urbana e a insegurança alimentar. Portanto, mostra a necessidade do conceito de agricultura urbana e que a depender da determinante ela traz um ‘conceito’ que perpassa pelo tipo de atividade: a localização se intraurbana ou periurbana, o tipo de área onde ela é praticada, sua escala ou sistema de produção, a categoria da produção, além do destino do produto cultivado, sendo estes considerados os pilares conceituais mais comuns identificados na agricultura urbana. Já Stewart (2013) é mais direto, ele fala que de uma forma geral a agricultura urbana é a “produção de alimentos dentro da cidade”.

A Agricultura Urbana é a praticada dentro (intra-urbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos (sejam eles pequenas localidades, cidades ou até megalópoles), onde cultiva, produz, cria, processa e distribui uma variedade de produtos alimentícios e não alimentícios, (re) utiliza largamente os recursos humanos e materiais e os produtos e serviços encontrados dentro e em torno da área urbana, e, por sua vez, oferece recursos humanos e materiais, produtos e serviços para essa mesma área urbana (MOUGEOT, 2000, p. 07).

A prática da Agricultura Urbana caracterizada pelo modo de cultivar em consenso com o ecossistema urbano e exercício de diversas atividades relacionadas à produção de alimentos remonta aos agrupamentos urbanos, os quais originaram as primeiras cidades seguindo características como superfícies de pequenas extensões, cuja produção obtida através do trabalho familiar, tem como objetivo a manutenção da família e a troca ou comercialização dos excedentes. De acordo com Carbound (2013), a depender da condição de desenvolvimento do país esse objetivo pode variar; assim, se considerarmos países pobres, a agricultura urbana é utilizada principalmente para garantir a segurança alimentar da população de baixa renda. Já para países desenvolvidos, os agricultores urbanos buscam principalmente benefícios recreativos, consumo de alimentos orgânicos mais saudáveis e interação social.

Refletindo quanto à categorização da atividade econômica desenvolvida pela agricultura urbana, alguns autores que reproduzem a visão tradicional da divisão setorial da economia, eles associam a produção primária ao rural, enquanto ao urbano estão associadas as atividades relacionadas aos setores secundários e terciários. Dessa forma, Singer (2017) diz que apesar de existirem cidades desde a colonização, o papel delas foi se modificando com o passar do tempo, indo desde uma cidade de conquista, passando para uma cidade comercial, chegando numa cidade industrial onde, durante o processo de urbanização, houve a consolidação da divisão de trabalho entre cidade e campo, mesmo havendo resistência de grupos populares a esses processos. Assim, é preciso analisar de forma mais ampla as atividades econômicas desenvolvidas, reconhecendo os processos os quais a sociedade hegemônica se desenvolveu, a fim de melhor compreender as relações existentes entre o urbano e o rural. Tal informação nos mostra claramente a existência de uma distinção entre a cidade e o urbano, evidenciando o quão importante é essa diferença dentro da problematização da definição de agricultura urbana.

Ainda refletindo sobre as relações existentes entre o urbano e o rural, é preciso compreender que o conceito não deve se restringir às delimitações espaciais ou econômicas, sendo necessário assim uma análise mais ampla. Singer (2017) discorre sobre uma dupla

dependência originada das relações campo-cidade, onde a primeira diz respeito à dependência global do país quanto aos países considerados industrializados, processo este instaurado a partir da Revolução Industrial, com a divisão do trabalho e a predominância de diversas nações que passaram a fornecer produtos industrializados em troca de matéria-prima e alimentos produzidos no campo, dos pólos em questão ou de outrem. Dessa forma, segundo Singer (2017) os países que não acumularam capital são considerados como “campo” e trazem uma dependência das cidades industriais do mundo. Assim, levando em consideração a análise de Singer quanto a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho, devemos refletir acerca deste, já que o papel agroexportador de produtos primários que lhe é preponderante e o processo de industrialização segue desde 1930.

A segunda dependência é a do campo em relação a cidade, que está relacionada a produção alimentar excedente, sendo considerado um dinamizador da economia de subsistência situada à margem da estrutura agrário-exportadora, onde a partir da industrialização a cidade passa a fornecer produtos para o campo, contribuindo para o desenvolvimento dos modos de exploração existentes até então. O aprimoramento oportunizado pela industrialização se estendeu até a zona rural, mas a pobreza do homem do campo permanecia intocada e ainda mais marginalizada diante da concentração latifundiária dos proprietários rurais. Este cenário mostra que a industrialização não conseguiu romper a estrutura agrária existente, tendo em vista a desterritorialização do homem do campo, que vive às margens das grandes lavouras ou migrou para as cidades e segue garantindo às classes proprietárias, do campo ou da cidade, a manutenção do desenvolvimento capitalista. (SINGER, 2017)

Santos (2013) diz que o reconhecimento do processo de urbanização, no que tange a ampliação do fluxo de informação, tornou-se motor fundamental no processo social e econômico na modernidade. A dinamicidade da informação em conjunto com o desenvolvimento de uma infraestrutura de transporte, possibilita a integração da economia e dos territórios, consolidando dessa forma relações capitalistas de consumo tipicamente urbanas que se inserem velozmente no campo, provocando profundas transformações tecnológicas, organizacionais e ocupacionais. Dessa forma o urbano enquanto modo de vida, racionalidade e valor se consolida e se dispersa sobre o território. (SANTOS, 2013).

Elocumbrando sobre as transformações que agiram a partir do desenvolvimento urbano, a permanência de uma relação presente no urbano-rural. O rural é tido como ambiente intimamente ligado às tradições e ao contato com a natureza, daí são resgatadas memórias de

infância de uma população que vive nas cidades. Para Graziano da Silva (1999) o meio rural é um conjunto de regiões ou zonas (território) cuja população desenvolve diversas atividades em setores distintos, tais como a agricultura, o artesanato, as indústrias pequenas, o comércio, os serviços, o gado, a pesca, a mineração, a extração de recursos naturais e o turismo, entre outros. Ao mesmo tempo, está relacionado ao atraso, de terra esquecida, de subdesenvolvimento, associados à dura vida do homem no campo. No outro extremo encontra-se o urbano que evoca modernidade. É na cidade que a cultura se transforma e moderniza, onde as atividades econômicas se especializam e o poder político se concentra, é o espaço social de trocas. Segundo Wirth (1979) apesar das suas diferenças, elas coexistem e se relacionam.

Conseqüentemente, a urbanidade se expande sobre o campo e o campo está conectado a fluxos existentes na cidade, como pode ser comprovado por Lima (2020), argumentando que o aumento dos cultivos de alimentos em hortas urbanas está associado a períodos de crises, pestes e guerras, e que a agricultura urbana e periurbana é uma possível via para evitar momentos de desabastecimentos das cidades em momentos emergenciais como os citados. Para Quon (1999), a agricultura urbana se caracteriza por dinâmicas socioeconômicas e práticas agrícolas distintas, formada tanto pela produção hortícola estruturada para o abastecimento do mercado, como provedora de alimento para o consumo ou venda, quanto para geração de emprego e renda, administração de desperdício urbano e conservação de recursos naturais.

Essa prática apresenta dupla vantagem. Uma delas se caracteriza pelo modo de cultivar em consenso com o ecossistema urbano, trazendo como resultado o acesso a produtos frescos com a possibilidade de possuir qualidade superior. A outra vantagem remete à distribuição e comercialização dos alimentos nos mercados próximos, evitando o seu transporte a médias e longas distâncias. Sendo o oposto da agricultura fomentada pelo agronegócio que explora exaustivamente o trabalhador agrícola e altera o ecossistema, reduzindo sensivelmente a diversidade dos produtos destinados à subsistência (ZAAR, 2015).

Além disso, entende-se que a prática da Agricultura Urbana contribui com o aumento da vegetação na cidade. Dessa maneira, as hortas se constituem num espaço propício para a construção de uma cidade mais verde e ecologicamente sustentável. Nas áreas com excedente urbanização, nos diversos territórios da cidade, existem práticas espontâneas de agricultura que interagem com as condições socioambientais e econômicas locais. É necessário o resgate dessas práticas e conhecimentos desenvolvidos, reconhecendo e valorizando as experiências

destes agricultores urbanos (ASSADOURIAN, 2003). Estes agricultores, compreendidos como os sujeitos que realizam práticas agrícolas no contexto urbano, muitas vezes trazem consigo através de sua história de vida, a lembrança das práticas realizadas na infância no contexto rural.

Neste sentido, Mougeot (2000) apresenta a Agricultura Urbana como multifuncional em suas atividades e formas, devido a sua vinculação a questões culturais e demandas comunitárias. Curan e Marques (2020) corroboram alegando que a agricultura urbana de base agroecológica apresenta caminho promissor à segurança alimentar e nutricional, além de destacar que a agricultura urbana tem como perspectiva a agroecologia, onde há o respeito pelos aspectos ecológicos e socioculturais. No entanto, frisam que nem toda a agricultura praticada nas áreas urbanas utilizam métodos produtivos orgânicos ou agroecológicos.

2.2 A Agricultura Urbana no Cenário Internacional

De acordo com as Nações Unidas (2013), a população mundial atual de 7,2 bilhões de pessoas aumentará para 9,6 bilhões de pessoas até 2050. Esse dado traz à tona a importância de iniciativas como as práticas agrícolas em áreas urbanas, no que tange a sua contribuição para satisfazer a demanda crescente de alimentos. Nesse contexto, a implementação da agricultura urbana, com as atividades de cultivo e distribuição de alimentos, é vista pelas organizações multilaterais como uma resposta para a oferta de alimentos, além de oferecer vários benefícios econômicos, de saúde e de sustentabilidade nos espaços urbanos (RYDIN et al., 2012).

Os primeiros estudos sobre agricultura urbana na América do Norte aconteceram em meados dos anos 1970, no Centro Internacional de Investigações para o Desenvolvimento - IDRC⁵, sendo responsável pela criação de um programa específico para a agricultura urbana chamado de Cities Feeding People, ou “Cidades alimentando suas Populações”. A partir daí o Canadá se tornou um dos pioneiros na sistematização das atividades de agricultura urbana, com estudos e pesquisa direcionados a este assunto, dando ênfase os a temas como segurança alimentar, nutrição e tratamento e reutilização de resíduos orgânicos, e posteriormente em

⁵ O International Development Research Center (IDRC) é uma corporação pública criada pelo Parlamento do Canadá em 1970 para ajudar os países em desenvolvimento a usar a ciência e a tecnologia para encontrar soluções práticas e de longo prazo para os problemas sociais, econômicos e ambientais que enfrentam.

pesquisas de processamento e distribuição dos alimentos e da produção urbana agrícola em geral. Esses estudos iniciais acabaram por chamar a atenção da ONU para o tema, tornando-o parte da agenda.

Seguindo sob influência do movimento ambientalista, as hortas urbanas são consideradas estratégicas como suporte ecológico urbano, passando a utilizar áreas degradadas da cidade na construção de hortas, que utilizam como estratégia tecnologias sustentáveis no sistema agroalimentar, desenvolvendo técnicas de irrigação, plantio e adubação condizentes com a saúde ambiental. (TRAVAGLINE, 2008).

Na década de 1980, os debates em torno dessas questões surgiram a partir da emergência de um novo pensamento ambiental (COUTINHO e COSTA, 2011); em 1999, na 15ª sessão do Comitê de Agricultura em Roma, a Agricultura Urbana foi oficialmente reconhecida como estratégia na redução da insegurança alimentar urbana; em 2002, pela Cúpula Mundial da Alimentação e, finalmente, em 2008 pela Força Tarefa de Alto Nível da ONU, para a Crise Global de Alimentos (FAO, 2014).

Apresentando a amplitude relacionada ao tema agricultura urbana, Farr (2013) revela que o sistema alimentar urbano além de estar conectado a outros sistemas urbanos como o uso do solo, o desenvolvimento econômico e a qualidade do ambiente urbano, contribui significativamente para um melhor aproveitamento dos recursos urbanos, para a saúde e o bem-estar da comunidade – tal informação atesta a importância do tema em questão.

Travaglini (2008) pontua a existência efetiva da agricultura urbana em diversos países, dando destaque aos estudos realizados na Filadélfia onde a agricultura urbana é praticada nos cinturões periféricos da cidade desde 1673. Identifica a existência de registros de pelo menos 700 fazendas urbanas espalhadas por cinco bairros de Nova Iorque, dentre eles o Brooklyn, além de pontuar que cidades canadenses, tais como Montreal, Toronto, Winnipeg e Vancouver, possuem diversas experiências em agricultura urbana, porém relatam diferentes motivações para o desenvolvimento da atividade, como uma maior conexão com a natureza, o prazer de desenvolver uma atividade recreativa e melhorar a alimentação de suas famílias com alimentos frescos e saudáveis.

Sousa (2004) nos traz as experiências com agricultura urbana na França, que tem como influência os jardins familiares, prática comum entre eles que foi ampliada com o aumento das migrações para os centros urbanos. Já nos subúrbios parisienses, há o desenvolvimento de terras comunitárias com gestão participativa, mantendo as áreas cultivadas dentro de manchas urbanas, com o oferecimento de produtos agrícolas tanto para a

população local quanto para as instituições ali localizadas. Na Alemanha, estudos apontam a existência de mais de 1,4 milhão de hortas comunitárias, instaladas em áreas comuns, pertencentes a condomínios ou cooperativas, onde são cultivadas desde flores a hortaliças, frutas e legumes. O curioso é que a origem deste sistema de cultivo tem mais de 200 anos e são conhecidos como “jardins da pobreza”, pois eram áreas comuns públicas destinadas à alimentação das populações migrantes dos centros urbanos industrializados. (DRESCHER, 2001).

Figura 2: Horta urbana sobre telhado é inaugurada em Paris



Fonte: <https://www.gazetadopovo.com.br/haus/paisagismo-jardinagem/imensa-horta-urbana-sobre-telhado-inaugurada-paris/> (2022).

Paraguassú (2013) relata que desde o século XVIII as cidades espanholas possuíam o hábito de promover o cultivo agrícola nas zonas urbanas com o objetivo de aproximar as populações, e que nas cidades industriais, já no final do século XIX, a agricultura urbana serviu como aporte nutricional para a população campesina e para os trabalhadores sem terra. Esses espaços surgiram das iniciativas comunitárias vinculadas às reivindicações populares para a ampliação de espaços com mais verde nas cidades.

Já em Portugal, Sousa (2004) expõe que o registro da presença das hortas urbanas está associado aos primeiros conglomerados urbanos e a presença das quintas ao redor das

idades, elas formam um verdadeiro cinturão. Já que as quintas⁶ estão localizadas nas áreas periféricas das cidades, especialmente Lisboa e Porto. Atualmente, estão integradas ao planejamento urbano como áreas de subúrbio, devido à ampliação das áreas agrícolas derivado do movimento de migração rural.

Países, tal qual os Estados Unidos, trazem exemplos de superação com trabalho desenvolvido junto à agricultura urbana onde, em meio a depressão econômica no final do século XIX, o prefeito de Detroit incentivou desempregados a cultivarem legumes e batatas em lotes vagos (DURAN et al., 2005). Já na Europa, a necessidade de produzir alimentos deu-se durante o período entre guerras. Durante a Primeira Guerra Mundial, na Grã-Bretanha, houve praticamente uma duplicação do número de hortas existentes. Situadas nos parques, quadras, e no palácio de Buckingham, as hortas urbanas forneciam alimentos, bem como a manutenção do ecossistema natural (BARTHEL; FOLKE; COLDING, 2010).

Gonçalves (2013) mostra a semelhança existente entre as hortas urbanas no Reino Unido e na Alemanha quanto a sua dimensão. Possuem entre 200-400 metros quadrados e, apesar de terem surgido durante a Primeira Guerra Mundial, foi durante a Segunda Guerra que foi destacada a importância da permanência das hortas na manutenção da segurança alimentar da população.

O Caso de Havana é citado como grande exemplo, onde a agricultura urbana se desenvolveu a partir da necessidade da população, que se encontrava em meio a perda do apoio econômico após a dissolução da União Soviética. Os políticos, então, definiram incentivos para a produção comunitária de alimentos (NUGENT, 2000).

Paraguassú (2013) relata que nos países Africanos a agricultura urbana participa decisivamente na alimentação das populações de baixo poder aquisitivo. Também possibilita o acesso a uma fonte primária de renda para os envolvidos com a venda da produção, sendo considerado pelos governos locais uma alternativa de geração de emprego e renda, além de possibilitar o acesso a alimentos frescos mais baratos.

Em seus estudos, Paraguassú (2013) apresenta exemplos de hortas urbanas em várias localidades. Ademais, pontua que as hortas de maior destaque no continente africano são as do Quênia, Botsuana, Nigéria, Uganda, Zimbábue, Tanzânia, Gana, Senegal e República dos Camarões, enquanto na América Luso-hispânica são México, Argentina, Colômbia, Cuba, Venezuela, Peru, Chile, Equador e Brasil. Paraguassú também reflete sobre o início dos

⁶ Quintas - são propriedades rurais que se destinam à moradia ou ao lazer e que são responsáveis pela produção de vegetais frescos e frutas em suas hortas e pomares.

estudos sobre o tema agricultura urbana e suas práticas, pontuando seu início no final da década de 1970, onde instituições internacionais, como a FAO, Instituto de Promoção do Desenvolvimento Sustentável (IPES) e o IDRC, na América Latina e no Caribe, traçaram como objetivo a integração da agricultura urbana e peri-urbana no planejamento das cidades, com finalidade de fortalecer a segurança alimentar das populações migrantes dos centros urbanos.

2.3 A Agricultura Urbana no Cenário Nacional

2.3.1 Arcabouço Legal e Políticas Públicas

O Brasil conta com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que incluem: i) ampliação das condições de acesso aos alimentos; ii) conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos; iii) promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população; iv) garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos; v) produção de conhecimento e o acesso à informação; e vi) implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do país.

2.3.2 Experiências de Agricultura Urbana no Brasil

De acordo com Paraguassú (2013), desde 1549, ano da chegada do colonizador português e, juntamente com a fundação da cidade do Salvador, Bahia, primeira capital brasileira, teve início a agricultura urbana no país, já que as orientações da metrópole eram de instalar edifícios destinados às instituições públicas e religiosas, dotar a colônia de equipamentos urbanos e de proteção, além de implantar hortas para cultivos de alimentos para o abastecimento da cidade. Sendo assim, as hortas foram cultivadas sempre nos arredores da cidade, em áreas peri-urbanas, ou nos quintais, jardins e terreiros das casas. Elas tinham como principal a gente os jesuítas e indígenas, posteriormente incorporado pelos escravos africanos e comerciantes portugueses. Reza que no princípio todos os governantes brasileiros

incentivaram o cultivo de hortaliças, sementes que foram trazidas pelos colonizadores, verduras, legumes e frutas, destinadas ao consumo dos habitantes da colônia.

Em 2003, como política pública nacional foi criado o Projeto Hortas Comunitárias, vinculado ao Programa Fome Zero, sendo este inserido às políticas locais que visam o aumento da oferta de alimentos. Traz o modelo da agricultura urbana como referência, apontando vantagens comparativas à agricultura rural por optar por uma forma mais eficiente produção, processamento e comercialização, oferecendo produtos mais frescos diretamente ao consumidor. Ressalta que as hortas urbanas se destacam junto à agricultura urbana, por permitirem às famílias pobres, moradoras de áreas urbanas, produzir para autoconsumo, por gerar renda e trabalho nas regiões periféricas, além do abastecimento de creches, hospitais, escolas e outros projetos sociais (SANTANDREU; LOVO, 2007).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) firmou um convênio com estados para implantação de um Centro de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana, por meio do qual o governo federal incentiva a pequena produção. Traz como objetivo o aumento na oferta de alimentação saudável e em quantidade suficiente e permanente, além de geração de trabalho e renda (BRASIL, 2012). Já Instituído pela Portaria n. 467, de 7 de fevereiro de 2018, o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana tem como principais objetivos: estimular a produção agroecológica de alimentos nas cidades; incentivar hábitos saudáveis de alimentação; e implantar a produção com fins pedagógicos em instituições de ensino, principalmente em regiões de vulnerabilidade social (BRASIL, 2020). Trazemos assim o conceito de produção agroecológica o modelo de agricultura sustentável onde os conhecimentos empíricos dos agricultores, acumulados através de muitas gerações, unidos ao conhecimento científico, possam fazer uma agricultura com padrões ecológicos (respeito à natureza), econômicos (eficiência produtiva), sociais (eficiência distributiva) e com sustentabilidade a longo prazo, sendo vista como uma ação contra hegemônica.

A existência de ambientes ociosos nas cidades que possuam disponibilidade de espaço livre, somada à boas condições ambientais para a produção, geralmente envolvendo solos com boa fertilidade – independente do porte que possua, podendo ser de grande, médio ou pequeno porte –, é estímulo e indicador do grande potencial para a agricultura urbana no Brasil (SANTANDREU; LOVO, 2007).

Paraguassú (2013), relata que Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, tem em seu Plano de Ação de Agricultura Urbana de Belo Horizonte o “Projeto Belo Horizonte Cultivando a Agricultura Urbana: da Semente à Mesa”. O projeto faz parte do Programa

Global From Seed to Table, coordenado pela Fundação RUAF⁷ (Holanda), que tem o papel estratégico de demonstrar para a sociedade que a atividade de agricultura urbana, além de melhorar a qualidade de vida das famílias, resultando em inclusão social e segurança alimentar, tem a capacidade efetiva de gerar renda. Legitimou a agricultura urbana, através da criação da Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana (PEAU), com a Lei 15.973/2006, de 12 de janeiro de 2006:

Art. 1º Fica instituída a Política de Apoio à Agricultura Urbana do Estado de Minas Gerais, como parte da política agrícola, em harmonia com a política urbana e voltada para a segurança alimentar e nutricional da população, em bases sustentáveis.

FAO (2014) delimita que a Política de Suporte de Belo Horizonte para Agricultura Urbana reconhece a Agricultura Urbana e Periurbana como uma ferramenta para contribuir para "o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade".

Em 2016 a Lei 5.769 institui o Programa Hortas Escolares nas escolas da Rede Municipal de Ensino em Campo Grande (MS), que traz como objetivo desenvolver hábitos alimentares saudáveis e o monitoramento nutricional dos alunos, para controle e prevenção de distúrbios relacionados à nutrição, além da utilização dos alimentos para implementação da merenda escolar. Essas hortas deverão ser cultivadas com a participação dos alunos, sob supervisão da direção e dos professores da escola. Já em Curitiba (PR), as ações de Agricultura Urbana, da Secretaria Municipal do Abastecimento, são desenvolvidas por meio do Programa Nosso Quintal – que apoia o cultivo de hortas em pequenos espaços, como quintais de residências, terrenos em escolas, creches e outras entidades/organizações do município, além do Programa Lavoura –, incentivando a utilização de espaços urbanos públicos e/ou privados e pequenas propriedades particulares, para o cultivo de hortas comunitárias e lavouras. (PARAGUASSÚ, 2013)

Valieri (2012) afirma que ações relacionadas à Agricultura Urbana trazem como objetivo a promoção da educação alimentar através do consumo de hortaliças frescas de

⁷ A Fundação RUAF A rede RUAF foi formalizada em maio de 2004 como uma organização sem fins lucrativos voltada para apoiar o desenvolvimento internacional, com seus estatutos e corpo dirigente devidamente legalizados e com sede na Holanda. A Fundação é gerida por um Conselho formado pelos representantes legais dos seus oito parceiros, e mais dois membros independentes (o coordenador e o secretário). O Conselho define as políticas e estratégias gerais da Fundação, aprova os planos e relatórios anuais e supervisiona a atuação do Diretor. Cada programa maior é gerido por um Comitê de Programa, sob a responsabilidade de um coordenador global e formado pelos coordenadores regionais. O Comitê prepara as estratégias do programa, os planos de trabalho e orçamentos. A Fundação RUAF usa a infraestrutura, equipes e sistemas administrativos das organizações parceiras para implementar seus programas nas várias regiões do mundo. < <http://www.ruaf.org/> >

qualidade, sem uso de agrotóxicos e com procedência confiável; possibilita o acesso ao alimento, além de colaborar com a redução de despesas com alimentação; pode ser utilizado como atividade física e terapêutica para idosos e desempregados; pode ser utilizado como ferramenta pedagógica nas entidades educacionais; gerar renda com a comercialização da produção; desenvolver a conscientização para a preservação ambiental nos espaços urbanos; recuperação de áreas degradadas; estimular ações comunitárias e de inclusão social; resgatar a cultura rural no espaço urbano, aproveitando a experiência agrícola dos moradores locais, além da utilização dos vazios urbanos, tanto por parte dos municípios, quanto por parte dos proprietários.

Macedo (2015) aponta que em Porto Alegre (RS), a Câmara Municipal aprovou uma proposta para regulamentar e implementar a Lei Municipal 10.035, de 8 de agosto de 2006, instituindo o Programa Municipal de Agricultura Urbana, que consiste na ocupação de áreas urbanas composta por terrenos ociosos do Município e por terrenos particulares, disponíveis para utilização temporária para o cultivo de hortaliças, frutas e plantas medicinais, entre outros.

No Rio de Janeiro, às iniciativas de agricultura urbana e periurbana têm sua maioria localizadas em comunidades que vivenciam situações de pobreza e miséria, cujas iniciativas relacionam-se com a promoção da segurança alimentar e nutricional das famílias envolvidas. Para essas famílias a prática da agricultura faz parte de suas histórias de vida, remonta aos hábitos das suas famílias, além de permitir o resgate de laços de sociabilidade que estavam deixados de lado. As hortas trazem como referência o cultivo de plantas medicinais, preparo de remédios caseiros, cultivo de plantas originárias de suas raízes, podendo ser encontradas nos quintais das casas, em vasos, latas e espaços coletivos das comunidades urbanas. A promoção da agricultura urbana deve, portanto, valorizar as pessoas, suas experiências, seus conhecimentos e não impor lógicas externas, além de incentivar as trocas solidárias e os espaços de interação social, resgatando as sociabilidades perdidas (SANTANDREU; LOVO, 2007).

Em Belém, nos bairros de baixa renda, observou-se que parte das famílias utilizavam seus quintais para atividades agrícolas. Parte desses agricultores urbanos foram expropriados e expulsos de suas terras e seu lugar social: indígenas destribalizados, quilombolas, migrantes nortistas e nordestinos e seus descendentes. Atualmente, esses indivíduos contam com o apoio do “Centro de Agricultura Urbana - CAU”, projeto apresentado em 2001 ao Prefeito de Belém e ao Reitor da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) para a realização da união

de esforços e baixo investimento financeiro, de forma a proporcionar atendimento contínuo à população que pratica a agricultura urbana (SANTANDREU; LOVO, 2007).

Mougeot (2000) cita algumas oportunidades para ampliação da prática da agricultura urbana, são elas: inserção dessa prática nos planos diretores municipais e nas políticas de planejamento, com a criação de ferramentas e estratégias para a sua implementação; zoneamento específico para prática de agricultura urbana, a partir de bases de dados dos lotes urbanos; avaliação de impacto ambiental; investimento de capital público; controle de subdivisão econômica; estabelecimento de medidas preventivas contra os potenciais efeitos negativos e ambientais da Agricultura Urbana; criação de instituições de caráter multidisciplinar, responsáveis pela atividade; desenvolvimento de registros das propriedades e adoção de medidas com fins educativos, para superar atitudes preconceituosas contra a Agricultura Urbana no processo de planejamento.

O município de São Paulo foi o primeiro a ter uma legislação específica para a agricultura urbana. Nagib (2016) destaca que a temática das hortas urbanas na cidade de São Paulo ficou em evidência na segunda metade do século XX, diante principalmente da necessidade da rede de Hortelões Urbanos⁸ em conjunto com a materialização da horta das Corujas⁹ que contribuíram consideravelmente no impulsionamento de mudanças legislativas, reforça que muitas das políticas e das leis existentes no Brasil são derivadas das lutas ativistas em favor de um modelo alternativo de produção e consumo.

Figura 3 - Hortas urbanas, como a da Faculdade de Medicina da USP, são exemplos de trabalho comunitário intenso

⁸ O **grupo Hortelões Urbanos** foi criado em 2011 para reunir pessoas interessadas em trocar experiências sobre plantio orgânico doméstico de alimentos e inspirar a formação de e atuação em hortas comunitárias.

⁹ Situada num parque urbano paulistano, a Horta das Corujas foi criada em julho de 2012 por iniciativa de 25 moradores da cidade de São Paulo que se articularam numa rede social. Desde então, essa linda Horta é um caso de permanência e evolução da prática comunitária da agroecologia urbana, enfrentando desafios que são de todos nós.



Fonte: <https://forbes.com.br/forbesagro/2022/01/no-aniversario-de-sao-paulo-suas-hortas-urbanas-mostram-o-campo-na-cidade/> - (2022)

O fortalecimento das hortas urbanas em São Paulo conta com o apoio do grupo de Estudos em Agricultura Urbana (GEAU)¹⁰ e do Movimento Urbano de Agroecologia de São Paulo (MUDA-SP). O MUDA-SP¹¹ em parceria com o governo municipal, através das Secretarias Municipais de Cultura, Direitos Humanos e Serviços estabeleceu o Projeto Cidades Comestíveis¹², que traz como objetivo a ampliação das hortas urbanas por meio de uma plataforma interativa, “conectando áreas ociosas da cidade (públicas e privadas) com possíveis interessados em cultivar hortaliças, temperos ou ervas medicinais” (CIDADES COMESTÍVEIS, 2018).

¹⁰ **O Grupo de Estudos em Agricultura Urbana (GEAU)** é uma articulação entre pesquisadores de diversas áreas, formalizado por Angélica Campos Nakamura, Giulia Giacchè, Guilherme Reis Ranieri, Gustavo Nagib, Luís Fernando Amato Lourenço e Lya Cynthia Porto de Oliveira. O GEAU sustenta a metodologia da pesquisa-ação, em que o pesquisador também é participante do objeto de estudo; e acredita na pesquisa, no trabalho e no engajamento, tendo a solidariedade como princípio-base de sua atuação.

¹¹ **Movimento Urbano De Agroecologia – MUDA** é fruto da união de indivíduos que buscam uma nova maneira de viver a cidade e se relacionar com o campo. Na criação de uma cidade mais verde, e buscando a reconexão e respeito com a natureza e a valorização do agricultor familiar, o MUDA quer integrar todos que compartilham esse desejo a se juntar para promover intervenções e ações de uma maneira divertida e criativa para realizar nosso sonho.

¹² **O projeto Cidades Comestíveis** visa ampliar o número de hortas urbanas em São Paulo por meio de uma plataforma interativa e aberta e um aplicativo para celular, conectando áreas ociosas da cidade (públicas ou privadas) com possíveis interessados em cultivar hortaliças, temperos ou ervas medicinais.

2.3.3 Desafios

O crescimento acelerado e desordenado imposto pela sociedade capitalista coloca milhares de pessoas em situações de exclusão espacial, econômica e social. Além de gerar segregação social, violência urbana e familiar, problemas de nutrição e segurança alimentar que afetam muitos brasileiros, especialmente mulheres e crianças, de todas as regiões. Derivados do crescimento acelerado, boa parte das regiões metropolitanas apresentam severos problemas urbanos. Dentre eles, estão: saneamento, lixo, mobilidade urbana e dificuldade de acesso a serviços de saúde e educação. Refletindo sobre este contexto, a agricultura urbana e periurbana aparecem como uma oportunidade de saída democrática, participativa e construtora da cidadania. Este movimento transformador necessita ser cultivado tanto pelo poder público, como pelas organizações da sociedade civil preocupadas por um futuro melhor para o Brasil (SANTANDREU; LOVO, 2007).

O desenvolvimento industrial e urbano expõe, assim, vários problemas derivados do surgimento de ocupações. Evidenciando a segregação, a estratificação social, através das localidades de moradia das várias populações. As culturas negra, indígena e branca se refletem nas condições econômicas e sociais, afetando diretamente esses organismos inter-relacionados com o meio ambiente.

A agricultura urbana, representada através das hortas comunitárias e quintais produtivos, vem sendo praticada em todo o mundo. Santos (2011) fala que, com ela, são reportados os desafios à sua consolidação, principalmente em relação às áreas disponíveis para o cultivo, que é muito restrita, a capacitação das comunidades e dos agricultores envolvidos para o desenvolvimento de técnicas de manejo sustentáveis, a utilização consciente da água e do solo, bem como a escassez de recursos financeiros.

De acordo com Zaar (2015), o estabelecimento de iniciativas da agricultura urbana, como possibilidade de enfrentamento da pobreza, tem encontrado inúmeros desafios para sua implantação e manutenção, incluindo: a insuficiência de apoio financeiro e apoio técnico por parte das esferas governamentais; a dificuldade de cadastro nos órgãos para a regularização da atividade, a falta de posse legal dos espaços de plantio, dificultando a expansão e a continuidade da atividade; além de problemas de áreas com contaminação de solo e afluentes, que obrigam a interrupção das iniciativas, muitas das vezes, sem possibilidade de seguimento.

Santos (2006) pontua que a alimentação tem sido motivo de preocupação em vários países do mundo. Apresenta, também, que um dos desafios dos governos tem sido o de

adequar a produção de alimentos à demanda crescente das populações, estando em consonância com as características culturais de cada povo. Reflete sobre o desafio que é o de oferecer alimentos de origem segura, de qualidade satisfatória e livres de agentes contaminantes (SANTOS, 2006; FREITAS 2007 apud PARAGUASSU, 2013).

Salvador, ao longo de sua história, traz questões importantes quanto aos seus cursos hídricos. Recursos naturais envolvidos nessa dinâmica que deveriam atender às populações residentes todavia sofreram com sucessivas obras indo desde aterramento, a drenagem, compactação ou desvio de curso, trazendo sempre com o objetivo: o da expansão da cidade com novas edificações, vias expressas, ou mesmo na tentativa de solucionar problemas de inundações, gerando movimento opositor junto à grupos sociais, um exemplo é o GAMBÁ¹³, que retrata seu posicionamento, visivelmente exposto com fala que retrata a cidade do Salvador, pontuando questões urbanas importantes, podendo ser verificado em trechos de material extraído em sítio do GAMBÁ – Grupo Ambientalista da Bahia.

No momento, nos é vendida a ideia de que uma Salvador melhor, uma cidade do futuro, com infraestrutura eficiente e adequada está por ser construída, num curtíssimo espaço de tempo, visando o atendimento aos requisitos exigidos às cidades-sedes dos jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Porém, essa estratégia falaciosa não pode sanar o caos urbano instalado em nossa cidade, fruto de um déficit já histórico de planejamento e de investimentos em questões-chaves ao desenvolvimento urbano, e, ao qual se somam a pobreza e a marginalidade de imensa parcela dos soteropolitanos.

(...)

Salvador tem caminhado na contramão dessa tendência. Sob a égide da ganância imobiliária tem-se avançado desenfreadamente sobre áreas remanescentes de vegetação, aterrado lagoas e cursos d'água, na pressa em aproveitar o momento econômico de uma população de classe média que se endivida avidamente, e sem os limites de um efetivo e consequente ordenamento e controle do uso do solo urbano por parte do Poder Público.

¹³ O Gambá – Grupo Ambientalista da Bahia é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, constituída com a finalidade de promover a conservação do Meio Ambiente, o desenvolvimento sustentável e a formação da cidadania, baseada em princípios democráticos e de justiça social. Sua fundação ocorreu em 14 de abril de 1982, a partir da iniciativa de um grupo de técnicos e profissionais liberais preocupados com o avanço da degradação ambiental na Bahia.

Reconhecida como uma organização de utilidade pública municipal (Lei 3.540/85) e estadual (Lei Estadual 7.750/00), o Gambá conta com cerca de 300 associados.

Nesse contexto insustentável, a cobertura de rios em Salvador se tornou regra. Parece ser a única solução existente para esgotos nas águas, para os problemas de captação e destino dos esgotos e dos resíduos sólidos (lixo), e finalmente para o caso da presença de odores e de mosquitos. Esconder esses problemas sob tampões de concreto é a forma mais simples encontrada pela Administração Municipal, subsidiada por gordos recursos públicos federais (Ministério da Integração) e com a conivência da maioria dos membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

(...)

Por fim, é importante ressaltar, que alternativas técnicas para os problemas da cidade existem. A solução única imposta pelos atuais administradores públicos segue uma lógica cega, de interesses econômicos (e políticos) e nega a participação social e a ação para um futuro mais responsável e com qualidade ambiental para Salvador. Temos a certeza que não há uma única solução para nossos problemas, e que estas também podem ser mais sustentáveis e inteligentes, e principalmente, fruto de discussões e aprofundamentos.

Extraída: Rios da cidade de Salvador: atraso e contramão da história - GAMBÁ - GAMBÁ - Grupo Ambientalista da Bahia (gamba.org.br)

O acesso à água, seja ela potável ou apropriada para o desenvolvimento de atividades agroindustriais, deve ser tratado como política de Estado. Salvador, possui grandes extensões de bacias hídricas urbanas e o cuidado com esse recurso deve estar inserido num planejamento de área de preservação, que é essencial à qualidade de vida nas cidades, de modo a manter e recuperar esse recurso natural. Assim, a disponibilidade de água de qualidade para a produção é um dos grandes desafios que deve ser considerado em todas as regiões que apoiam e praticam a agricultura urbana. Importante destacar dois pontos, um no que diz respeito ao elevado custo da água tratada, inviabilizando o seu uso em sistemas de produção não subsidiada pelo poder público; o outro se trata da grande contaminação das fontes de água, como rios, açudes, água subterrânea, ou mesmo da água do mar, devido à poluição por falta de saneamento básico, por acúmulo de lixo proveniente das atividades urbanas, ou pela falta de tratamento da água. Além do problema gerado pela contaminação da água causado pela atividade industrial, uma triste realidade presente na região metropolitana de Salvador, com águas contaminadas com metais pesados, águas estas que estão sendo usadas para atividades de agricultura urbana e periurbana. (SANTANDREU; LOVO, 2007).

Santos (2016) mostra que a construção de redes de abastecimento de água e coleta de esgoto é imprescindível para o desenvolvimento da agricultura urbana. A dificuldade de acesso à água é um dificultador para a existência e permanência das hortas em assentamentos urbanos precarizados, onde os moradores não possuem outorga para uso da água nem

fornecimento direto pela Embasa. De acordo com o Sistema Estadual de Informações Ambientais e Recursos Hídricos (SEIA), a outorga é o direito de uso de recursos hídricos, por tempo determinado, tendo como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água. (GARRIDO, 2001)

[...] ter acesso a água, no entanto, não é uma questão de escolha. Todos precisam dela. O próprio fato de que ela não pode ser substituída por nada mais, faz da água um bem básico que não pode ser subordinado a um único princípio setorial de regulamentação, legitimação e valorização; ela se enquadra nos princípios do funcionamento da sociedade como um todo. Isso é precisamente aquilo que se chama de um bem social, um bem comum, básico a qualquer comunidade humana.
(PETRELLA, 2002, p.84)

Um outro desafio que deve ser pontuado é o acesso à sementes e mudas de qualidade, já que no caso de projetos financiados pelo poder público a distribuição de sementes convencionais está diretamente ligada a determinados grupos beneficiados, que integram “pacotes” adquiridos com recursos dos projetos não levam em consideração a realidade de cada localidade ou mesmo o resgate e a troca de sementes e mudas locais. Ademais tais práticas, quando incentivadas, reforçam a autonomia dos grupos produtores (SANTANDREU; LOVO, 2007).

2.3.4 Potencialidades

A agricultura urbana traz possíveis contribuições, não só no sentido de promover uma urbanização mais ecologicamente sustentável, como também pelos benefícios trazidos aos pequenos agricultores e famílias de baixa renda, especialmente para as mulheres negras, que participam de forma preponderante nestas atividades (PARAGUSSÚ, 2013). Além disso, por ser uma importante fonte de suprimento dos sistemas de alimentação para as populações, a agricultura urbana se relaciona com a segurança e soberania alimentar e para a proteção e produção da biodiversidade, uma vez que proporciona melhor aproveitamento dos espaços, promovendo a redução no acúmulo de lixo e melhoria da qualidade da água, do solo e do ar (PARAGUSSÚ, 2013). A formação de microclimas oferece um maior conforto ambiental para as populações urbanas, a preservação de doenças por uma alimentação diversificada, sem

uso de agrotóxicos e pelo poder curativo das plantas medicinais, são outros componentes da qualidade de vida proporcionada pela prática da agricultura urbana.

Dada a variedade de cultivos (hortaliças, milho, feijão, banana, mamão, ervas medicinais, abobora, abobrinha, maxixe, quiabo, aipim, plantas frutíferas) considerados de rápida produção, é possível avaliar que agricultura urbana contribui para uma maior diversidade na oferta e no consumo de alimentos produzidos localmente. Ademais, fomenta a soberania alimentar visto que grande parte dos produtores realizam o autoconsumo, além da comercialização do excedente (MOUGEOT, 2001). Percebemos, assim, que a prática da agricultura urbana e periurbana possui uma elevada capacidade de geração de emprego e de renda, e permite a criação de empregos sustentáveis a custos relativamente baixos, sendo vista como uma potencialidade para a melhoria econômica dos envolvidos. Além de ser contrária as políticas de assimilação praticadas dentro da agricultura extensiva.

No Brasil existem experiências de produção agrícola nos espaços urbanos, que conduzem a hábitos alimentares saudáveis, relacionando a alimentação com a saúde; e geram preocupação com a água utilizada para irrigar os alimentos, com as características do solo e com o aproveitamento integral ou parcial do valor nutricional dos alimentos. (SPERANDIO et al, 2016, p. 207)

De acordo com Armar-Klemesu (2000), estudos realizados que mediram os impactos da agricultura urbana na segurança alimentar confirmam a hipótese de que esta melhora a situação da alimentação das famílias mais pobres através do enriquecimento de sua dieta, mesmo existindo baixo potencial de suprir, na totalidade, as necessidades nutricionais dos moradores. Confirmando, portanto, a importância da agricultura urbana quando associado à segurança alimentar das populações. Para Santos (2006), segurança alimentar é definida como “o acesso permanente a todos os indivíduos, aos alimentos básicos de qualidade e em quantidades suficientes para levar uma vida digna e saudável, sem comprometer outras necessidades básicas”. Trazendo, dessa forma, uma reflexão quanto a qualidade do alimento produzido, preocupação evidente em vários países do mundo. O que nos faz perceber que um dos desafios dos governos tem sido a adequação da produção de alimentos junto à demanda crescente das populações mantendo as características de cada povo. (SANTOS, 2006)

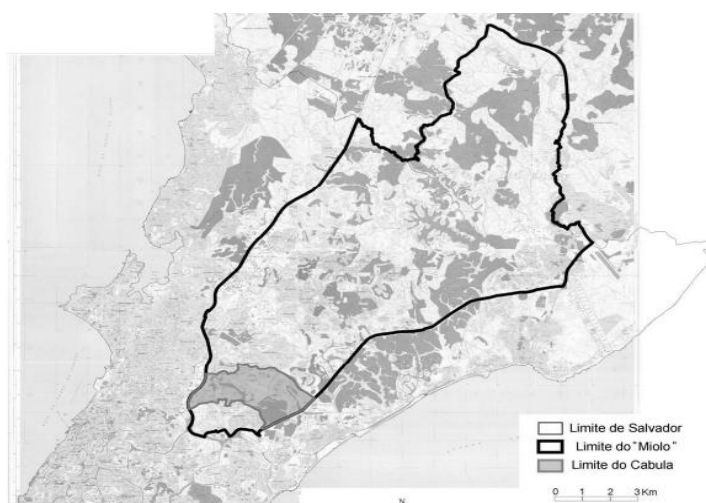
Santos (2008) aponta alguns benefícios que as áreas verdes contidas nas cidades podem trazer à população, tais como: o controle da poluição do ar e acústica; maior conforto ambiental além de uma valorização visual e paisagística; estabilização de superfícies por meio da fixação do solo pelas raízes das plantas; abrigo à fauna; estabilidade maior no índice de

umidade no ar; proteção das nascentes e dos mananciais; organização e composição de espaços no desenvolvimento das atividades humanas. Corroborando assim com o pensamento de Santandreu e Lovo (2007), quando afirmam que a manutenção das áreas verdes urbanas justifica-se pelo potencial em propiciar qualidade ambiental à população. Ela interfere diretamente na qualidade de vida dos seres por meio das funções sociais, ecológicas, estéticas e educativas, que elas exercem para amenizar as consequências negativas da urbanização acelerada.

2.4 Histórico da agricultura urbana em Salvador

Salvador é uma das cidades mais antigas do Brasil e, assim como outras capitais do país, enfrenta diversos problemas, dentre eles, os relacionados às desigualdades econômicas e socioespaciais. Fernandes (2005) cita a década de 1950 como marco do processo de expansão horizontal da cidade do Salvador, e ressalta a importância do bairro Cabula como referência verde para a cidade, já que se tratava de um bairro com características rurais, situado nos arredores da cidade, constituído por fazendas que a partir de 1970 passaram a ser vendidas e dadas em lotes. Bezerra (2000) traz que o crescimento do bairro seguiu em função da própria densificação demográfica, sendo uma área atraente para o setor comercial, informação que pode ser comprovada pelos inúmeros centros comerciais que passam a marcar a paisagem do bairro.

Figura 4 – Salvador e os limites do “miolo” e do Cabula



Fonte: Mapa de Salvador, 1992.

Escala 1 – Elaborado por SIED/INFORMS/CONDER apud Fernandes (2005).

Fernandes (2005) relata que a configuração da cidade a partir de 1950, está diretamente relacionada a alguns fatores importantes que ocasionaram o deslocamento da população do campo para a cidade, colaborando assim com a concentração espacial de habitantes em Salvador. Dentre estes fatores destacamos: mudanças na base econômica regional agrário -exportadora para a acumulação de base industrial; expansão dos transportes por rodovias; Implantação da atividade petrolífera no Recôncavo Baiano; a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB); criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); conclusão da Hidrelétrica de Paulo Afonso; instalação do Centro Industrial de Aratu (CIA).

Mattedi (1979) apud Fernandes (2005) apresenta uma Salvador que no período entre 1950 e 1960 esteve marcado por acentuada expansão periférica. Maneira encontrada pela população urbana para se adequar às condições sociais e econômicas disponíveis. Dessa forma a cidade cresceu alargando seu tecido urbano além do necessário, gerando assim um crescimento artificial que intensifica a crise da habitação e a deficiência dos serviços públicos municipais. As décadas de 70 e 80 deram continuidade ao crescimento espacial, que gerou o aumento do custo da terra urbana, dificultando a acessibilidade ao solo para a maioria da população da cidade de Salvador. (FERNANDES, 2005).

A ocupação desordenada da cidade de Salvador ascendeu uma pressão em suas áreas verdes. Boa parte desses espaços, muitas vezes localizados em bairros periféricos, eram utilizados para estreitamento dos laços entre a vizinhança, fazendo deles locais públicos destinados à socialização. Mas, com os planos de ordenamento da cidade, essas áreas foram sendo edificadas e, dessa forma, novos espaços de convivência foram criados. Estes espaços, compostos por praças e jardins, seguiam o modelo francês de implantação e apresentavam em sua estrutura formas geométricas e rigidez em sua paisagem, sem nenhuma valorização da vegetação de floresta atlântica nativa. (SANTANDREU; LOVO, 2007).

Em 1990 a crise nacional gera grandes mudanças na estrutura urbana e social de Salvador. Nesta ocasião, a Região Metropolitana aparece como formadora do principal complexo urbano-industrial terciário do Estado da Bahia e de todo o Nordeste brasileiro, que passa a ser integrada ao capital industrial e financeiro, sendo considerado ambiente adequado para a reprodução capitalista em escala ampliada. (PORTO & CARVALHO, 1999; apud Fernandes, 2005).

Percebe-se que a ocupação das principais regiões metropolitanas no Brasil está ligada diretamente aos processos econômicos ocorridos, sem nenhum tipo de planejamento estrutural

urbano, o que reflete nos problemas de infraestrutura básica de saneamento e transporte presentes na atualidade, prejudicando a qualidade de vida nas cidades. O rápido crescimento urbano gerou uma abrupta inversão de sua população predominantemente rural. Para outra majoritariamente urbana, acarretando saturação das áreas mais antigas de urbanização, ocasionando uma transformação da malha urbana através do novo modo de atender às necessidades sociais geradas por este novo modelo de vida. Este aumento populacional decorrente da migração do campo para a cidade deu início às primeiras ocupações (FERNANDES, 2005; SANTOS 2008)

Santos (2008) reflete sobre as profundas mudanças sofridas nos últimos 40 anos pela cidade do Salvador no contexto estrutural, que redefiniram seu papel enquanto metrópole. Tais informações auxiliam na explicação do processo de reestruturação urbana, que também implicou, dentro de uma lógica dialética, uma reestruturação da cidade. Salvador configura-se por um ambiente segmentado, marcado por grandes contrastes, desigualdades e deficiências, condições que corroboram para um isolamento acentuado dos diferentes espaços, no que se refere às suas possibilidades de inserção no cotidiano mais amplo da cidade.

Salvador, desde o princípio, apresenta porções de áreas rurais essenciais ao seu desenvolvimento político-administrativo. Registros relatam que as primeiras¹⁴ hortas se iniciaram atrás dos muros do mosteiro de São Bento e na freguesia de Nossa Senhora de Brotas em seu núcleo urbano. A cidade, que desde seu início apresentou problemas com seu abastecimento, tinha o incentivo do governo para a ocupação de áreas que possibilitassem o desenvolvimento de uma atividade pecuária e agrícola, ainda que não houvesse instrução legal de ordenamento destas atividades. Em geral, as áreas do recôncavo destinadas à produção do açúcar também exerciam papel de abastecedora da cidade, além disso, seus ciclos de migração entre as cidades possibilitaram a ampliação destas atividades. (SANTANDREU; LOVO, 2007).

Encostas e vales eram pomares e hortas. Desde os alicerces do mosteiro de São Sebastião, as hortas se estendiam pelos brejos do Dique Pequeno. E, com o correr dos tempos, os hortelãos escreveriam as suas queixas porque as comportas, que sabiam se

¹⁴ [...] desta freguesia do Santíssimo Sacramento da rua do Passo [...] tão pequena que a sua longitude consiste em duas ladeiras, uma que desce das portas da cidade, chamada do Carmo e outra que sobe e se termina no convento dos mesmos religiosos; a sua latitude é do riacho que a separa e divide da freguesia do Desterro [...]. Este riacho que serve de divisa às duas freguesias [...] e tem seu nascimento dentro da cerca do mosteiro de São Bento [...], com sua pouca água rega algumas hortas e se vae meter no tanque dos padres da Companhia [...] e continua seu curso pelo continente da freguesia de Santo Antonio Além do Carmo. (AMARAL, 1921, p. 250)

levantariam elevando as águas, alagavam as beiras e as hortaliças. (PINHO, 1968, p. 266)

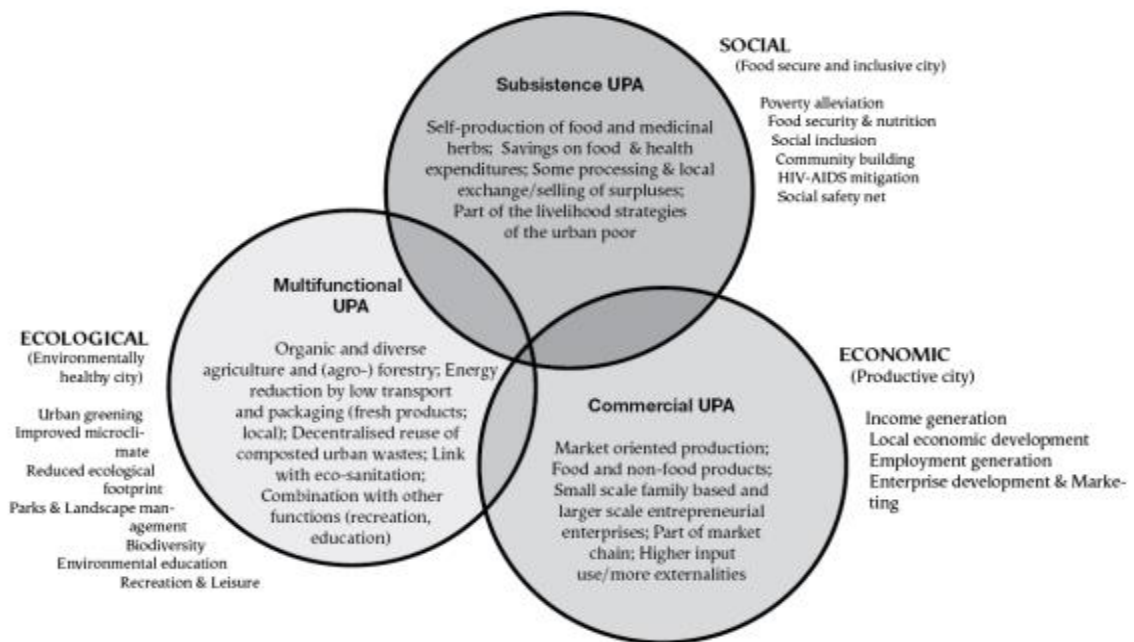
A permanência da atividade agrícola na Região Metropolitana de Salvador, apesar das transformações urbanas, confirma a vocação cultural e social dessa prática, ainda que informalmente. A presença de hortas transpondo o tecido urbano é o registro histórico das transformações da cidade, juntamente com a resistência de seus moradores na manutenção da agricultura e pecuária em questão. (SANTANDREU; LOVO, 2007).

2.5 Formas de agricultura urbana em Salvador

Sousa (2014) pontua as possíveis formas apresentadas pela agricultura urbana e reflete sobre um elemento comum a todas as reproduções independentes do local onde seja praticada, que é a pluralidade de atores envolvidos. Muitas destas experiências podem apresentar uma natureza social através da articulação de membros de uma comunidade independente ou institucional de uma política pública. Em ambos os casos, a agricultura é considerada como um elemento favorável ao desenvolvimento econômico da comunidade, gera melhor rendimento familiar e contribui para o abastecimento local. Quando se trata de política pública pode ter caráter compensatório pois deseja corrigir distorções sociais como a marginalização de grupos minoritários ou os baixos níveis alimentares e de rendimentos. (SANTANDREU; LOVO, 2007).

Diante das possibilidades apresentadas através das experiências da prática da agricultura urbana, grupos temáticos buscam classificar os usos da produção agrícola em espaço urbano e periurbano. Essas classificações são apresentadas pela relação que esses elementos propõem, podendo elaborar um cenário onde a agricultura desenvolve-se.

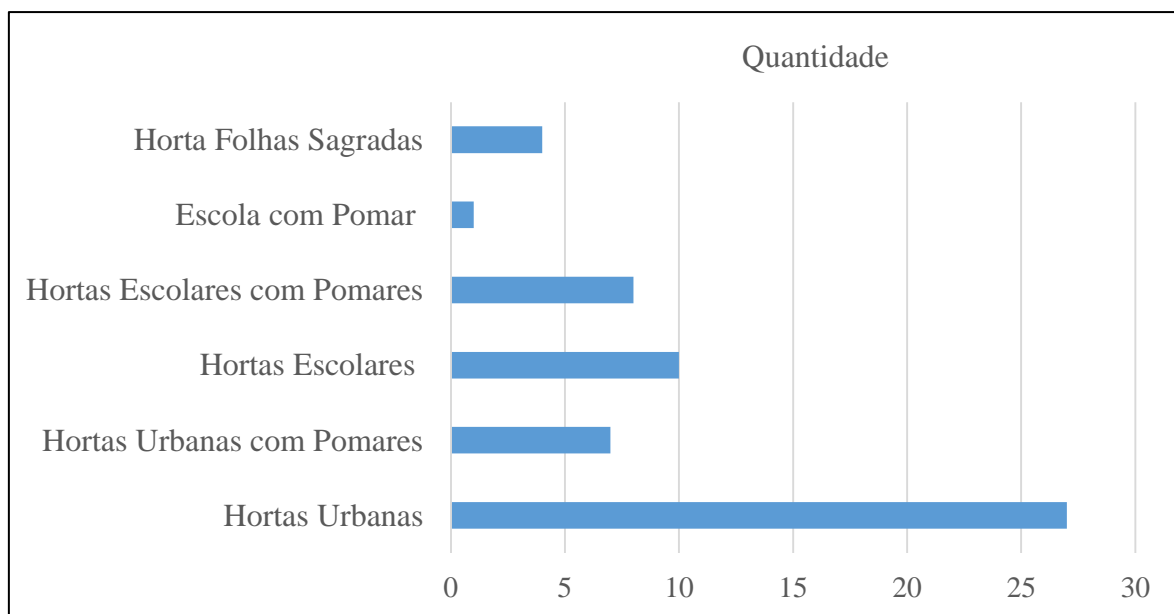
Diagrama 1: Principais tipos e dimensões políticas da agricultura (peri)urbana



Fonte: Henk de Zeeuw, ETC Urban Agriculture/RUAF (2007), based on Cabannes and Dubbeling (2005) apud Zeeuw et al., 2007:6 – apud (SANTANDREU; LOVO, 2007).

O Diagrama 1 nos faz refletir quanto aos possíveis papéis assumidos pelos agricultores. Além dos desdobramentos em termos do desenvolvimento da experiência, quando observadas do ponto das sociedades, demonstram a sua igual importância às outras dimensões.

Gráfico 1 - Total de Hortas e Pomares apresentados pela SESIS (N=57)



Fonte: Elaborado pela autora - Informações adquiridas em levantamento com a SESIS (2021).

O Gráfico 1 representa o número total de hortas que têm relação com a Secretaria de Sustentabilidade de Salvador – SESIS, com objetivo de apresentar a diversidade existente dentro dessa prática. As informações foram disponibilizadas pela Secretaria de sustentabilidade onde apresentam: 27 Hortas Urbanas implantadas; 7 Hortas Urbanas com Pomares implantadas; 10 Hortas Escolares implantadas; 8 Hortas Escolares com Pomar implantadas; 1 Escola com Pomar implantadas; e 4 Hortas Folhas Sagradas implantadas.

As hortas identificadas estão localizadas em diversos bairros pertencentes a RMS – Região Metropolitana de Salvador, não foi identificada existência de algum tipo de preferência quanto a localização para implantação e apoio da Secretaria de Sustentabilidade de Salvador - SESIS. Conforme pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 1 – Total de hortas e Pomares (SEGIS)

Total de Hortas e Pomares (detalhado)

N	Tipo	Quantidade
1	Hortas Urbanas	27
2	Hortas Urbanas com Pomares	7
3	Hortas Escolares	10
4	Hortas Escolares com Pomares	8
5	Escola com Pomar	1
6	Horta Folhas Sagradas	4
TOTAL		57

Fonte: Sesis – Secretaria de Sustentabilidade Salvador-Ba (2021)

2.5.1 Quintais produtivos individuais

Salvador, até o século XIX, tem seus quintais inseridos na vida econômica da cidade, oferecendo um espaço com múltiplas funções e possibilidades. Como não havia uma atividade própria para absorção da mão-de-obra existente, a população de Salvador dependia do pequeno comércio e da prestação de serviços realizados nos espaços livres existentes dentro da cidade. Em geral, estes serviços se concentravam nos gêneros alimentícios, muitos de fabricação caseira, produzidos nas pequenas oficinas, além da criação doméstica de animais (galinhas, patos, perus, porcos e carneiros), pequenas hortas, pomares e até mesmo a eventual

produção de flores e folhas aromáticas, para as festas e procissões religiosas e celebrações (VAN HOLTHE, 2003)

Figura 5 – Quintal produtivo Sr Nilton (Ocupação Mariele Franco – Simões Filho-BA)



Fonte: Registrado pelo autor (2021)

Neste mesmo período, final do século XIX e início do século XX, descobertas com o melhoramento genético das plantas e os fertilizantes químicos possibilitaram o progressivo abandono dos sistemas tradicionais de cultivo. Marcando assim uma nova fase na agricultura que consolidou o padrão produtivo químico, moto-mecânico e genético, denominado agricultura convencional nos países de primeiro mundo. Já no final da década de 1970, chega a Revolução Verde, movimento que propaga um padrão convencional de cultivo seguido por vários países. Esse processo resultou em grandes safras, mas também em problemas socioeconômicos e ambientais. No Brasil um dos principais impactos socioeconômicos foi o aumento de alimentos tidos como commodities, além do aumento da concentração de terras e riquezas, e conseqüentemente o aumento do desemprego e da migração da população para os centros urbanos (EHLERS, 1994). Amorozo (2002) relata outros impactos gerados pela modernização da agricultura referindo-se a perda acelerada da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais em regiões economicamente desenvolvidos. Nessa circunstância percebe-se que os quintais produtivos podem apresentar o último reduto da diversidade existente em sistemas agrícolas (AMOROZO, 2008).

Os Quintais produtivos aqui apresentados são espaços privados, situados na zona periférica da Região Metropolitana de Salvador, onde é realizado principalmente o cultivo de hortícolas e ervas medicinais, gerido pela população menos favorecida agricultores. De acordo com a localização, Prado Jr (1998) faz referência à prática de agricultura em quintais que, na maioria das vezes, ocupava áreas mais distantes por serem mais baratas. Destaca que esse modelo agrícola residencial possibilita a complementação da dieta alimentar básica das famílias além de contribuir com o orçamento mensal.

2.5.2 Hortas comunitárias

A agricultura urbana, quando praticada através de hortas comunitárias, é capaz de fornecer valores sociais importantes, tais como a convivência e a integração da comunidade no que diz respeito à gestão desses locais. A participação ativa de grupos diversos com ocupação formal ou aposentado atua de forma positiva para uma maior inclusão social de grupos marginalizados (RUBINO, 2007; POULSEN et al., 2015).

Sousa (2004) pontua que a horta comunitária traz como objetivo principal o de se constituir, num local de convivência entre os moradores, atividades recreativas e educativas. Além de possibilitar a produção comunitária no território urbano, mostrando-se de extrema importância devido a sua forma viável de (re)estabelecer aquelas relações perdidas entre a sociedade e o Estado, com a utilização de um canal onde se permite a articulação de pessoas sob o preceito da associação, podendo emergir outras formas econômicas. Sendo vista também como importante ferramenta para o desenvolvimento de práticas autônomas.

A prática da agricultura urbana que compreende o exercício de diversas atividades relacionadas à produção de alimentos e conservação dos recursos naturais dentro dos centros urbanos ou em suas respectivas periferias, surge como estratégia efetiva de fornecimento de alimentos, de geração de empregos, além de contribuir para a segurança alimentar e melhoria da nutrição dos habitantes das cidades. (BRASIL, 2017, p. 4).

A agricultura urbana apresenta possibilidades de mudança para espaços ociosos, promovendo geração de renda, melhor uso do solo e o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional.

2.5.3 Agricultura Urbana em assentamentos populares

Poulsen et al. (2015) afirma que a principal motivação para a prática da agricultura urbana em âmbitos precários é a de produzir alimentos para o próprio consumo, ficando em segundo plano as questões relacionadas à comercialização da produção.

Já para Nugent (2000), a agricultura urbana é utilizada como uma estratégia para famílias de baixa renda que enfrentam períodos de desemprego ou que possuem empregos esporádicos, e mesmo utilizam do recurso para aquisição de sementes e equipamentos necessários para o manejo.

[...] subformas contra-hegemônicas, organizadas ‘de baixo para cima’, com critérios mais amplos de inclusão, admissão de uma diversidade de modos de expressão, de conhecimentos e de competências, de experiências, afirmação do carácter agonístico dos exercícios de participação, inclusão de temas considerados irrelevantes ou ‘fora de limites’ pelos atores hegemônicos, pressão sobre a decisão, articulação com outras formas de mobilização e de ação coletiva (Santos et al., 2004:71).

Uma informação importante quanto ao perfil dos envolvidos nesse movimento, é que muitos trabalhadores participam sem remuneração nos mutirões, por ser uma ação comunitária da cultura local, que beneficia à coletividade; geralmente são pessoas de baixa renda (sem renda fixa), mulheres, moradoras da periferia e cuja cor/raça que, em geral, se classifica entre os negros, boa parte têm baixa escolaridade, com apenas o ensino fundamental incompleto e ou analfabetos(as) (SANTANDREU; LOVO, 2007).

3 Agricultura urbana como prática contra-hegemônica

3.1 Agricultura Urbana e Ecofeminismo

O papel das mulheres na agricultura urbana é enfatizado por vários autores, relacionado ao seu papel histórico de prover alimentos para a família e à proximidade da atividade produtiva com a moradia (MOUGEOT, 2000). Assim, o Movimento Ecofeminista tem abraçado a prática da Agricultura Urbana, ressignificando-a como prática emancipatória.

Puleo (2013) diz que, no calor das lutas contra as armas nucleares, nasceu em 1970 o ecofeminismo, sendo ele a necessidade de plantar uma nova cultura com relação à natureza e às mulheres. Um movimento teórico e prático que repele toda forma de exploração humana e não humana, que expande a consciência da terra quanto um organismo. O movimento consiste na luta pelo respeito às diferenças entre gênero e entre humanos e não humanos, almejando libertação da opressão e passividade individual, e de alguma maneira, escrever uma resposta coletiva para questões como: o que levou a humanidade a chegar ao ponto de colocar o equilíbrio da vida do planeta em jogo? E, quanto a isso, o que pode ser feito?

A autora percebe também a existência de duas principais ramificações do ecofeminismo: ecofeminismo cultural/essencialista, que considera que as mulheres são, por essência, mais próximas da natureza por ligação com a gestação/parto; e o ecofeminismo que considera as mulheres mais conscientes dos processos de sustentabilidade da vida, não pela sua essência, mas devido à imposição histórica de uma divisão sexual do trabalho dentro da sociedade patriarcal e capitalista.

Puleo (2013) ainda relata a dificuldade de ressaltar a relação especial da mulher com a natureza sem cair no essencialismo e na reprodução de um pensamento moderno dicotômico, que associa o homem à cultura e a mulher à natureza, reforçando a sua posição subalterna:

Entre las razones de la reacción contra este ecofeminismo, debe subrayarse la percepción de un enorme peligro en este retomo a los estereotipos de la mujer nutricia. Se considera que volver a afirmar, ahora desde el discurso feminista, que las mujeres son Naturaleza es, simplemente, retomar al discurso patriarcal. Reivindicar los roles tradicionales podría ser comprendido como la aceptación de la división sexual del trabajo de las sociedades patriarcales. Podría reforzar el conformismo y debilitar las reivindicaciones de igualdad. También podría, en algunas autoras, incurrir en una demonización del varón, oponiendo una mujer tierna y nutricia a un hombre innatamente agresivo. Por eso, todavía hoy, cuando se nombra el ecofeminismo dentro de las filas del feminismo suele producirse una reacción muy negativa. Se teme un paso atrás hacia posiciones anteriores al período de vindicación de derechos y recursos. (PULEO, 2013, p. 35)

Também podemos refletir em torno do não reconhecimento do protagonismo das mulheres presentes na atuação de atividades relacionadas à agricultura familiar, tais como preparação do solo, plantio, colheita, cuidado dos animais, dentre outras práticas. Dessa maneira, a invisibilidade do trabalho feminino nas atividades relacionadas ao trabalho com a terra e com a produção de alimentos, está diretamente vinculada às formas de organização e de divisão sexual do trabalho, relegando as atividades realizadas pelas mulheres ao status de

mera extensão do seu papel de esposa e mãe (SILIPRANDI, 2009), tendo em vista que a chefia familiar e da unidade produtiva está outorgada socialmente ao homem.

É notório que a presença de mulheres é muito importante em praticamente todas as atividades, estando relacionadas ou não à agricultura urbana, evidenciando o reconhecimento quanto essa sua condição de subordinação e desvalorização. Percebe-se que, em muitos casos, a presença de homens se faz quando, nas experiências de mutirão, há necessidade de limpar as áreas de mato das roças, córregos e se necessita de mão-de-obra com mais força física. Em Salvador, foi identificada uma marcada divisão sexual do trabalho: nas atividades de produção agrícola, as mulheres, mesmo participando ativamente da produção, estão mais presentes na transformação e/ou beneficiamento. Geralmente, é percebido que o lugar das mulheres está relacionado com o da “ajuda”, embora estejam sempre presentes em praticamente todas as atividades, além de serem a maioria dos sujeitos que desenvolvem a experiência. Infelizmente, as experiências lideradas pelas mulheres, via de regra, não contam com apoio público e são as menos desenvolvidas (SANTANDREU; LOVO, 2007).

Ao longo da história, é notório a discrepância de reconhecimento e equidade, onde as mulheres atuaram e atuam de maneira majoritária na produção de alimentos e no desempenho de atividades agrícolas diversas enquanto fonte de renda ou complementação necessária do orçamento familiar, ainda assim, essas mulheres são destinadas aos bastidores da esfera pública e às atividades subalternizadas (ALVES; PITANGUY, 1985).

De acordo com pesquisa realizada pelo IBGE (2018), no que se refere a salário, mulheres recebem menos comparado a homens em todas as ocupações selecionadas na pesquisa. Mesmo com uma queda nessa desigualdade salarial entre os anos de 2012 e 2018, as trabalhadoras ganham, em média, 20,5% menos que os homens no país. As maiores desigualdades salariais estão na agricultura e nos comércios varejistas e atacadistas, onde as mulheres agricultoras ganham 35,8% menos que os homens.

As mulheres vêm, através dos séculos, lutando a favor da preservação da biodiversidade e da agricultura sustentável, liderando e integrando combates que demonstram que “a libertação das mulheres e a preservação de nosso planeta contra o desastre ecológico andam de mãos dadas uma com a outra e ambas com a superação do capitalismo” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 57). Nessa perspectiva mesmo sendo algo relativamente novo, o “ecofeminismo” sempre existiu na prática, dentro do esforço das mulheres motivando outras a conseguirem o seu sustento e tornarem suas comunidades seguras.

O Movimento Ecofeminista luta pela reversão do modelo desenvolvimentista dominante e busca construir reflexões entre o ecologismo e o feminismo para a constituição de uma sociedade com equidade e sustentável, estabelecendo ideias e práticas que sustentam as lutas das mulheres para ressaltar a vinculação entre as estruturas de poder social desiguais e a degradação ambiental. De acordo com Salleh (2014), a intensificação da globalização teve como consequência o crescimento da luta para a criação de sociedades de afirmação da vida sustentável, que estabeleceu essa ligação entre a ecologia e o movimento feminista. Desta forma, é possível observar que as mulheres ocupam a maioria dos postos de trabalho agrícola, além de carregar a maior parte do trabalho de reprodução social.

Em meio à pandemia ocasionada pelo novo Coronavírus (COVID-19), a agroecologia vem se revelando aliada à investigação do vínculo entre agricultura sustentável e saúde, e a forma com que o indivíduo se relaciona com a natureza. Neste contexto, a agricultura industrial se mostra extremamente danosa ao meio ambiente e à saúde pública, e seu modo de cultivo e criação são especialmente vulneráveis a pragas e vírus causadores de pandemias (NICHOLLS; ALTIERI, 2020). É importante ressaltar que as restrições a aglomerações de pessoas, evidenciam a fragilidade de um sistema alimentar globalizado, quando a agroecologia possui o potencial de produzir localmente grande parte dos alimentos necessários para as comunidades urbanas e rurais (NICHOLLS; ALTIERI, 2020).

3.2 Agricultura Urbana e Comum

Em diferentes cidades ao redor do mundo, a ideia do comum urbano tem sido invocada por movimentos, manifestantes, coletivos, pesquisadores, ativistas e até por formuladores de política pública para reivindicar e proteger, contra privatizações e cercamentos, um conjunto de recursos e bens urbanos que poderiam ser mais amplamente compartilhados entre os cidadãos (FILHO e CRUZ 2019).

Segundo Tonucci (2017), os estudos sobre o comum podem ser divididos em duas vertentes: uma relacionada ao pensamento econômico liberal, e outra à teoria crítica e à crítica da economia política. A primeira abordagem está baseada nos trabalhos de Elinor Ostrom, e a segunda perspectiva considera que o comum é antes uma relação social e um conceito político, do que um bem ou um regime coletivo de propriedade.

Conceber um espaço comum implica problematizar como se dá sua apropriação, os modos de fazer com o caráter (democrático ou não) da gestão, a distribuição das responsabilidades, dos bens e recursos comuns, a autonomia de decisão ante ao Estado, ao mercado ou qualquer ente externo, a abertura às singularidades, a processualidade, a imanência, as temporalidades, a produção de afetos (mais ou menos potente) e de novas subjetividades (mais ou menos emancipatório). O principal confrontante dos espaços comuns é, sem dúvida, o capital, seus valores e hierarquias, mas também o Estado na medida em que se confunde com aquele. (MAYER, 2015, p. 186-187)

Dessa forma, entende-se que os comuns são espaços e relações marcados pela atividade coletiva em torno de bens e recursos compartilhados, usados e geridos por um grupo de pessoas, por meio de uma série de práticas, saberes e regras concebidos e decididos pelo próprio grupo. David Bollier (2014) afirma que vivemos uma revolução silenciosa na qual devemos escolher entre ser um *commoner* (aquele que pratica comum ou o fazer-comum) ou continuar a sofrer pilhagem e espoliação. Assim, o comum se configura como uma prática de autogoverno, orientada pela cooperação democrática, na qual se necessita descobrir os melhores mecanismos para gerir, desenvolver e sustentar ele próprio.

Levando em consideração a existência de uma diversidade de relações e reivindicações entre as pessoas e a terra, Tonucci (2017) descreve que, mesmo havendo intencional obscurecimento pela ideologia proprietária, sob quaisquer formas alternativas de propriedade que não sejam privadas ou públicas, não deve ser tomado como sinônimo da sua inexistência. Em verdade, múltiplas reivindicações coletivas à terra e ao espaço são articuladas na cidade, tanto na prática cotidiana, quanto em criativos atos de resistência e transgressão. Ainda que em grande medida invisível, o comum é ubíquo e disseminado, sendo dessa maneira que o configura como reivindicação de acesso ao bem, através do reconhecimento do direito da comunidade de controlá-lo e de usá-lo, tendo como referência o valor de uso para a comunidade. O comum, portanto, não se confunde com os recursos comuns ou com o bem comum.

Sendo assim, os comuns não se resumem a recursos ou equipamentos, são também relações, sendo necessário o empenho coletivo para que aconteça, representando, ainda, a ação de resistir, por meio da luta pela reapropriação coletiva. Harvey (2006), destaca que quanto melhor a qualidade do comum criado, maior será o interesse em sua apropriação. Portanto, é importante diferenciar comuns de apropriações privadas do espaço público que consistem no intuito de lucrar e se constituir como simples eventos.

Pode-se afirmar que o comum se configura como uma ponte entre as lutas contra os aspectos mais nocivos do capitalismo e aquelas a favor de uma nova organização social, baseada em princípios de autogestão e solidariedade. Além de criar um relacionamento entre pessoas e coisas, baseado nas condições de um mundo compartilhado, que busca, através da autorrealização dos indivíduos, a sobrevivência da coletividade e da cooperação mútua fora das relações de mercado e do Estado. Afinal, para Tonucci (2017) o comum não diz respeito apenas a uma crítica da propriedade privada e do estatismo burocrático, mas aponta saídas concretas para além disso. Trata-se de pensar diferentemente e expandir nossas imaginações para reconhecer e nutrir formas alternativas de relações entre as comunidades e seus espaços, e abrir a cidade ao uso e ao compartilhamento de todos.

A Agricultura Urbana tem o poder de contribuir com o estreitamento da solidariedade, do espírito comunitário, da autossustentabilidade, do conhecimento dos alimentos, e da utilização democrática dos espaços urbanos. Cria laços de sociabilidade e estimula o resgate de sentimentos de reciprocidade e práticas de cuidado nos espaços urbanos, podendo assim caracterizar-se como prática que contribui para a construção do Comum.

Nagib (2016) afirma que, com o ativismo urbano, o surgimento das hortas trouxe outras reivindicações e simbologias político-ideológicas, além de novas maneiras de conceber relações sociais com os espaços urbanos. Para Mayer (2015), uma ocupação é tanto mais forte contra as ações de desalojamento, quanto maior a sua capacidade de constituir espaços comuns, tais como equipamentos coletivos, atividades produtivas e culturais, assembleias, formação política, ações diretas, lutas, dentre outros. Assim, a ocupação do território urbano, através da produção de alimentos, é uma forma de construir espaços que contribuem para a construção de novos comuns.

Contudo, as experiências de hortas comunitárias nas ocupações são bastante frágeis e descontínuas, expondo importantes limites à produção do comum. Para Santos (2016), a construção de redes de abastecimento de água e coleta de esgoto, por exemplo, altera as formas de viver, de morar e de consumir, e sua falta pode constituir em um impedimento para a concretização e a permanência dessas práticas. Porém, trabalhar articulações entre práticas feministas e agroecológicas em conjunto com as teorias e práticas urbanísticas, aliada a princípios do comum com a sustentabilidade da vida, confere complexidade quanto a construção de sistemas alimentares urbanos que incorporem dimensões políticas, culturais, econômicas, históricas, espaciais e ambientais da produção, do beneficiamento e da comercialização de alimentos.

Harvey (2012) mostra que nem todos os comuns são de livre e irrestrito acesso, já que alguns deles, para sua própria proteção, exigem limites à entrada e regras de uso. Dessa forma, uma vez que existe contexto de rivalidade e riscos de sobre-exploração, invasão ou descuido da horta, faz-se necessário o estabelecimento de limites e regras.

Huron (2017) aponta que, enquanto pode ser verdade que o comum urbano é aberto a todos, quando pensado em termos da vida urbana e da escala da cidade, o mesmo não pode ser dito para escalas menores, onde estranhos precisam negociar questões de fronteira, inclusão e exclusão. Falando das hortas comunitárias dentro de uma ocupação, é difícil destacar quem são esses estranhos, pois a depender do tamanho da ocupação e do grau de afinidade que a comunidade tenha, eles tanto podem ser membros internos da comunidade que não respeitam os limites e regras da horta, ou alguém de fora da ocupação. É também difícil identificar se as barreiras estabelecidas em torno de uma horta reforçam o sentido de comunidade ou podem ser percebidas como forma de exclusão em relação aos que estão de fora.

As hortas comunitárias são indiscutivelmente um importante espaço para produção do comum, sendo este considerado um produto de práticas coletivas de compartilhamento e autogestão, uma forma específica de apropriação coletiva. A produção dessas hortas,

independente de sua capacidade, atendem às necessidades sociais básicas destinando-se ao uso próprio, e, caso haja excedentes de produção, aos futuros incrementos de renda para a ocupação.

O acesso dos vizinhos à produção, como também para colheita, é livre mediante necessidade. Essas práticas são costumeiras e estão enraizadas no direito do próximo de usar e gozar da propriedade de outrem, desde que não haja danos. É um dos vários arranjos de propriedade sob qual o comum pode ser produzido em condições periféricas, em oposição aos direitos de exclusão e abuso associadas à propriedade privada.

Segundo Almeida (2016), mesmo que as práticas cotidianas da agricultura urbana possam ter um papel importante como fonte de renda e fazer parte de estratégias de sobrevivência de grupos pobres e marginalizados, elas também revelam que podem servir como uma plataforma para formas alternativas e diversas de produzir e viver na cidade.

3.3 Agricultura Urbana e Direito à Cidade

Frente às profundas desigualdades socioespaciais vivenciadas nas cidades brasileiras, o conceito do Direito à Cidade começou a emergir nos discursos dos movimentos sociais no Brasil, no contexto da reforma urbana, no período de democratização do País. Harvey (2003), julga que o direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual, já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização.

Harvey (2003), julga que o Direito à Cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual, já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização.

Nestas condições difíceis se abre o caminho dos direitos que definem a civilização (mais frequentemente contra a sociedade). Esses direitos mal conhecidos tornam-se pouco a pouco habituais antes de se inscreverem em códigos formalizados. Eles mudariam a realidade se entrassem na prática social: direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, à vida. Entre esses direitos em formação figura o direito à cidade (não à vida antiga, mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos lugares de encontro e de trocas, aos ritmos da vida, e empregos do tempo permitindo o uso pleno e inteiro destes momentos e lugares). A proclamação da realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro livre do valor de troca) reclamando o domínio sobre a economia (do valor de troca, do mercado e da mercadoria) e se inscrevendo conseqüentemente, na perspectiva da revolução sobre hegemonia da classe operária. (LEFEBVRE, 1968: 146)

Para alguns o Direito à Cidade acaba sendo refletido em muitas ações que abordam os recursos comuns na cidade (e a vida urbana), podendo assumir dimensões e significados variáveis para cada, o que leva a se caracterizar também como um conjunto de símbolos e um campo de lutas, onde o solo está no centro dessas disputas.

Harvey (2014) abordou questões sobre o direito à cidade mediante ao crescimento do capitalismo devido ao acelerado processo de urbanização no texto:

[...] a questão do tipo de cidade que queremos não pode ser separada da questão do tipo de pessoas que queremos ser, que tipo de relações sociais buscamos, que relações com a natureza nos satisfazem mais, que estilo de vida desejamos levar, quais são nossos valores estéticos. O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um

direito de mudar ou reinventar a cidade [...] é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente de um exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. (HARVEY, 2014, p. 28).

Apresentar os espaços como produto mercantilizado sob a ótica do capitalismo ditada pelo mercado financeiro mostra que a cidade tem se tornado um espaço de segregação onde a qualidade de vida tornou-se mercadoria e o solo urbano é controlado pelo mercado financeiro, onde interesses privados estão acima dos coletivos. A reivindicação de uso desses espaços destaca o direito à cidade. Diante disso percebe-se que a agricultura urbana faz parte desse movimento que se tem mostrado em evidência na vida urbana nas últimas décadas como mecanismo de ocupação de espaços urbanos e de reinvenção das cidades.

Lima (2019) reflete sobre o processo histórico da agricultura urbana e apresenta o quanto ela esteve presente em diversos países, principalmente no século XIX, quando em meios do processo de crescimento acelerado das cidades os trabalhadores rurais buscavam amenizar as dificuldades vividas derivadas da crise econômica, transformando essas áreas urbanas ociosas em espaços de resistência.

De acordo com Harvey, o movimento de articulação gerado ao redor das hortas urbanas, que vai desde a possibilidade de escolher o que se plantar e como fazer, é considerada como uma ferramenta poderosa de reelaboração do direito à cidade, visto que é devolvido ao cidadão o direito de escolha quanto a obtenção do seu alimento, e o produto final produzido.

[...] O direito à cidade, como comecei a dizer, não é apenas um direito condicional de acesso aquilo que já existe, mas sim um direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas (por assim dizer), definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano. Se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito. (HARVEY, 2013, p. 33).

O debate proporcionado a partir dessa análise nos mostra que as formas de manejo e produção contribuem para a melhor convivência entre o homem e o meio ambiente, visto que a cada dia o uso de técnicas agroecológicas está mais frequente, tanto nas hortas coletivas, quanto nos quintais produtivos.

Machado (2014) enfatiza que a agroecologia tem sido apresentada como uma alternativa ao modelo de agricultura industrial que foi assentado nos princípios da Revolução

Verde. A agroecologia vem ganhando evidência em meio às políticas públicas e nas experiências de agricultura urbana, visto que ela traz como alicerce o uso de energias renováveis na produção de alimentos pela agricultura familiar, na valorização das diferentes formas culturais de produção, no uso de recursos locais, além do respeito ao meio ambiente e às diferentes formas de vida. Diante dessa perspectiva, percebe-se que a agricultura urbana encontra sua dimensão ativista quando busca um modelo alternativo de produção e consumo. Buscando alterar a lógica de produção e consumo da dinâmica capitalista presente em boa parte das cidades no mundo atual (NAGIB, 2016).

“[...] um mecanismo de reestruturação e ressignificação do espaço urbano, em contraposição ao modelo de consumo dominante.” (NAGIB, 2016)

É notório que as experiências derivadas da agricultura urbana, na figura das hortas, permitem um movimento de ocupação dos espaços urbanos, como também promove uma melhoria considerável nas relações entre pessoas que vivem na cidade, além de se tornarem símbolos da luta pela reestruturação do espaço urbano. Possibilitam reflexões sobre a apropriação do espaço público, a origem e qualidade dos alimentos, a cooperação cidadã e o direito à cidade.

3.4 Agricultura Urbana e Soberania Alimentar

Ao nos questionarmos como o sistema agroalimentar globalizado tem influenciado na garantia da segurança e da soberania alimentar no país, é possível perceber como esse processo de urbanização e industrialização atinge desde a qualidade até o acesso de alimentos, sendo assim, na saúde do cidadão. A globalização em meio à vigência do capitalismo na sociedade, sucessivamente abriu espaço para a agroexportação. Antônio Filho (2002) pontua a existência de duas correntes que buscam definir o termo “globalização”. Para uns “[...] corresponde as profundas e dramáticas transformações pelas quais passam as sociedades humanas, na atualidade”; outros afirmam relacionar-se “aos acontecimentos de ordem econômica, em escala planetária”. A concentração hegemônica de terras, recursos públicos e créditos rurais nas mãos do agronegócio em detrimento do pequeno agricultor/agricultor familiar, tem reflexo direto no desenvolvimento socioambiental e espacial, bem como na soberania alimentar da população (FERREIRA e NOBREGA, 2019).

A maior quantidade de terra cultivada nos tempos atuais, em contexto mundial, é ocupada por limitado monocultivos como a soja, milho, cana-de-açúcar, arroz etc., e são esses os mais comercializados nos mercados internacionais (LIMA, 2020; FERREIRA e NOBREGA, 2019). Esses monocultivos possuem baixa diversidade ecológica e homogeneidade genética, e alta vulnerabilidade a infestações de plantas daninhas, insetos e epidemias. Tal cenário, portanto, influencia no uso de grandes tipos e quantidades de agrotóxicos (LIMA, 2020).

Compreendendo que questões socioculturais e ambientais devam ser consideradas no sistema agroalimentar, faz-se necessário analisar o contexto da soberania alimentar, onde os cidadãos têm a autonomia na produção do seu próprio alimento, sensível e consciente das práticas agroecológicas voltadas para sustentabilidade e alimentação de qualidade. Diferindo da agricultura capitalista, que tem distanciado a população da soberania alimentar, aumentado o consumo de alimentos processados e industrializados, agredido o meio ambiente, e preterido a agricultura familiar.

Importante destacar a diferença entre a soberania alimentar e a segurança alimentar. De acordo com a Organização para Alimentação e Agricultura (FAO), a segurança alimentar refere-se à garantia do alimento na quantidade e qualidade adequadas, e inclui em seus objetivos o combate à fome no mundo e o suporte para o desenvolvimento da agricultura. O conceito de segurança alimentar foi introduzido em 1975, sofrendo constante evolução, onde se estabelecia como referência de ações de superação da fome, correlacionada com a historicidade da FAO, onde a medição da situação de segurança alimentar de um país se dá mediante a quantidade de recursos alimentares estocada e a capacidade de superar situações temporárias de escassez (ALMEIDA, 2019).

Em 1981 foi proposto uma revisão, por Amartia Sen, desse conceito, pois considera-se que a segurança alimentar não depende somente do equilíbrio entre demanda e oferta de recursos alimentares, sendo a alimentação um direito que independe de recurso financeiro (ALMEIDA, 2019, p. 109). De acordo com Curan (2020, p. 3 apud MARQUES, 2010), o conceito estabelecido pela FAO pode ter valor ambíguo por “permitir abordagens reducionistas e produtivistas da segurança alimentar. É por esta razão que foi proposta a noção de soberania alimentar, que ressalta o direito a alimentos saudáveis e culturalmente adequados, produzidos mediante métodos sustentáveis”.

Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, de forma permanente, acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e saudável. (Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação, 1996)

[...] o acesso à alimentação é um direito humano em si mesmo na medida em que a alimentação constitui-se no próprio direito à vida. Negar esse direito é, antes de mais nada, negar a primeira condição para a cidadania, que é a própria vida. (Relatório da Cúpula Mundial da Alimentação, 1996).

Paraguassú (2013) reflete sobre a definição de segurança alimentar como a capacidade de “todas as pessoas, o tempo todo, terem acesso físico e econômico a alimentos suficientes para uma vida ativa e saudável”. Assim, de acordo com essa definição, presume-se que a produção, a distribuição e o consumo de alimentos sejam sustentáveis; a capacidade para aquisição dos alimentos esteja assegurada; os alimentos sejam adequados, em termos nutricional, pessoal e cultural; e sejam obtidos (e consumidos) de modo a sustentar a dignidade humana básica. Ponderando sobre a crescente taxa de urbanização mundial, é um desafio para os formuladores das políticas públicas garantirem que a segurança alimentar seja tanto sustentável quanto adequada para as pessoas que vivem nas cidades.

Soberania Alimentar é o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...]. A Soberania Alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos. (Declaração do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar. Havana, 2001. In MALUF, 2007, p. 13)15

15 Por todo lo anterior, los participantes en el Foro Mundial sobre Soberanía Alimentaria declaramos:

1. La soberanía alimentaria es la vía para erradicar el hambre y la malnutrición y garantizar la seguridad alimentaria duradera y sustentable para todos los pueblos Entendemos por soberanía alimentaria el derecho de los pueblos a definir sus propias políticas y estrategias sustentables de producción, distribución y consumo de alimentos que garanticen el derecho a la alimentación para toda la población, con base en la pequeña y mediana producción, respetando sus propias culturas y la diversidad de los modos campesinos, pesqueros e indígenas de producción agropecuaria, de comercialización y de gestión de los espacios rurales, en los cuales la mujer desempeña un papel fundamental.
2. La soberanía alimentaria favorece la soberanía económica, política y cultural de los pueblos.
3. La soberanía alimentaria de los pueblos reconoce una agricultura con campesinos, indígenas y comunidades pesqueras, vinculada al territorio; prioritariamente orientada a la satisfacción de las necesidades de los mercados

locales y nacionales; una agricultura que tome como preocupación central al ser humano; que preserve, valore y fomente la multifuncionalidad de los modos campesinos e indígenas de producción y gestión del territorio rural. Asimismo, la soberanía alimentaria supone el reconocimiento y valorización de las ventajas económicas, sociales, ambientales y culturales para los países de la agricultura en pequeña escala, de las agriculturas familiares, de las agriculturas campesinas e indígenas.

4. Nos pronunciamos por el reconocimiento de los derechos, autonomía y cultura de los pueblos indígenas de todos los países como condición ineludible para combatir el hambre y la malnutrición y alcanzar el derecho a la alimentación para su población. La soberanía alimentaria implica el reconocimiento a la multiétnicidad de las naciones y el reconocimiento y valorización de las identidades de los pueblos originarios. Esto implica, además, el reconocimiento al control autónomo de sus territorios, recursos naturales, sistemas de producción y gestión del espacio rural, semillas, conocimientos y formas organizativas. En este sentido, apoyamos las luchas de todos los pueblos indígenas y negros del mundo y nos pronunciamos por el respeto irrestricto a sus derechos.

5. La soberanía alimentaria implica, además, la garantía al acceso a una alimentación sana y suficiente para todas las personas, principalmente para los sectores más vulnerables, como obligación ineludible de los Estados Nacionales y el ejercicio pleno de derechos de la ciudadanía. El acceso a la alimentación no debe ser considerada como una compensación asistencialista de los gobiernos o una caridad de entidades públicas o privadas, nacionales o internacionales.

6. La soberanía alimentaria implica la puesta en marcha de procesos radicales de reforma agraria integral adaptados a las condiciones de cada país y región, que permitan a los campesinos e indígenas -considerando a las mujeres en igual de oportunidades- un acceso equitativo a los recursos productivos, principalmente tierra, agua y bosque, así como a los medios de producción, financiamiento, capacitación y fortalecimiento de sus capacidades de gestión e interlocución. La Reforma Agraria, en primer lugar, debe ser reconocida como una obligación de los Estados Nacionales donde este proceso es necesario en el marco de los derechos humanos y como una eficiente política pública de combate a la pobreza. Dichos procesos de reforma agraria deben estar controlados por las organizaciones campesinas -incluyendo el mercado de los arriendos-, garantizarlos derechos individuales de los productores con los colectivos sobre los terrenos de uso común y articulados con políticas agrícolas y comerciales coherentes. Nos oponemos a las políticas y programas de mercantilización de la tierra promovidas por el Banco Mundial en sustitución de verdaderas reformas agrarias y aceptadas por los gobiernos.

7. Apoyamos la propuesta presentada por organizaciones de la sociedad civil, en 1996, para que los referidos Estados elaboren un Código de Conducta sobre el Derecho Humano a la Alimentación adecuada, que sirva efectivamente como instrumento para la implementación y promoción de este derecho. El derecho a la alimentación de los pueblos, incluido en la declaración de los Derechos Humanos y ratificado en la Cumbre Mundial de Alimentación en Roma, en 1996, por los Estados miembros de la Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO).

8. Proponemos la ratificación más rápida y la aplicación por un mayor número de países del Pacto sobre los derechos económicos, sociales y culturales adoptado por la Asamblea General de las Naciones Unidas en 1966.

9. En defensa del principio del derecho inalienable de los pueblos a la alimentación, proponemos la adopción por

O conceito de Soberania Alimentar foi apresentado pela Via Campesina, a articulação internacional dos camponeses, durante a Conferência Mundial sobre a Alimentação (em comemoração aos 50 anos da FAO), em Roma, 1996, para propor outro princípio de construção da lógica da produção e do comércio internacional de alimentos, desafiando a concentração de poder do sistema agroalimentar e priorizando a autodeterminação política dos povos. A segurança alimentar diz respeito —à obrigação dos Estados de garantir o acesso aos alimentos nutricionalmente adequados e em quantidades apropriadas (sem questionar sua origem, admitindo a ajuda alimentar, por exemplo). A soberania defende o direito dos povos e dos países de definir suas próprias políticas agrícolas e produzir alimentos em seus territórios destinados a alimentar sua população antes da necessidade de exportar. [...] A relação com a Soberania Alimentar como bandeira política evoca hoje a trajetória de uma década de defesa do direito dos povos a autodeterminar sua produção e políticas agrícolas, de acordo com suas necessidades internas, antes de suprir as exportações. A centralidade deste princípio também destaca o protagonismo dos movimentos sociais do campo, substanciadas na Via Campesina, no contexto de resistência à globalização e reorganização da esquerda mundial no movimento —por outro mundo possível.¹⁶ (VIA CAMPESINA, 2007, p. 57-58)

Segundo Maluf (2006) a soberania alimentar vai além da garantia da segurança alimentar e Nutricional. Ela está visceralmente ligada a um questionamento mais profundo ao modelo econômico, gerador das situações de pobreza e opressão. Vislumbrar políticas públicas e construir projetos políticos que tomem a Soberania Alimentar como princípio, nos leva necessariamente ao questionamento do modelo econômico e de desenvolvimento adotado.

Não obstante, importantes desafios continuam colocados em face da lógica econômica dominante que constribe o crescimento econômico, a geração de trabalho e a redução de desigualdades no Brasil, constribe à realização do direito humano à alimentação adequada. Além da demanda de profunda revisão das políticas públicas subordinadas à referida lógica, sugerem-se estratégias de geração de trabalho e renda assentados em modelos equitativos e sustentáveis, orientados, entre outros, pelos enfoques do desenvolvimento local e das redes de economia solidária. MALUF (2006)

las Naciones Unidas de una Convención Mundial de Soberanía Alimentaria y Bienestar Nutricional, a la cual se subordinen las decisiones tomadas en los campos de comercio internacional y otros dominios.

10. El comercio alimentario internacional debe estar subordinado al propósito supremo de servir al ser humano. La soberanía alimentaria no significa autarquía, autosuficiencia plena o la desaparición del comercio agroalimentario y pesquero internacional. Declaración Final del Foro Mundial sobre Soberanía Alimentaria. La Habana, Cuba, 7 de septiembre del 2001.

16 Cartilha —Soberania alimentar, os agrocombustíveis e a soberania energética. Via Campesina – Brasil. Brasília, maio de 2007, p. 57-58.

Em outras palavras podemos dizer que a Soberania Alimentar é a contraposição dos modelos que estão em disputa: o modelo da agricultura familiar e camponesa, que tem a Soberania Alimentar como projeto político, e o atual modelo agroexportador internacional, pautado no binômio monocultura e latifúndio.

4 Agricultura Urbana em assentamentos populares da RMS

4.1 Resultados

Como já mencionado na parte introdutória desta dissertação, adotou-se uma metodologia qualitativa que incluiu um levantamento de dados primários, através de entrevistas semiestruturadas realizadas com um total de 17 agricultores urbanos, produzindo em territórios populares (ocupações ou comunidades tradicionais) da Região Metropolitana de Salvador. Os 17 agricultores são responsáveis pela gestão e produção agrícola, sendo que 10 produzem em quintais individuais e 7 em hortas comunitárias. Os resultados dos dados coletados sobre estes dois tipos de agricultura urbana (quintal produtivo e horta comunitária) são apresentados, a seguir, de forma conjunta e/ou de forma separada, de modo a poder distinguir diferenças entre as práticas desenvolvidas individual ou coletivamente, quando consideramos relevante fazer essa distinção.

Um primeiro resultado importante desta pesquisa é que os espaços de cultivo levantados são espaços de produção independente sem apoio de nenhum órgão público. Corroborando que em meio a globalização, onde forças promovem a expansão do capitalismo no mundo, afetando diretamente os cidadãos dentro de sua individualidade ou mesmo coletividade elementos transformadores contribuem com a mudança, atuando em favor do desenvolvimento sustentável. A agricultura urbana desponta como fator relevante revelado junto a constante interação e integração dos agricultores familiares dentro de suas comunidades, estabelecendo vínculos sociais, econômicos, políticos e culturais (FERNANDES, 2017).

A construção de espaços participativos que contribua com o fomento de atividades básicas relacionadas a agricultura familiar, indo desde sua produção até a comercialização de seus produtos, fortalecem as práticas essenciais para a consolidação da Soberania Alimentar. Entendendo assim que os processos organizativos desenvolvidos a partir da ação dos agricultores familiares, potencializam sentimentos contra-hegemônicos, e viabilizam ações

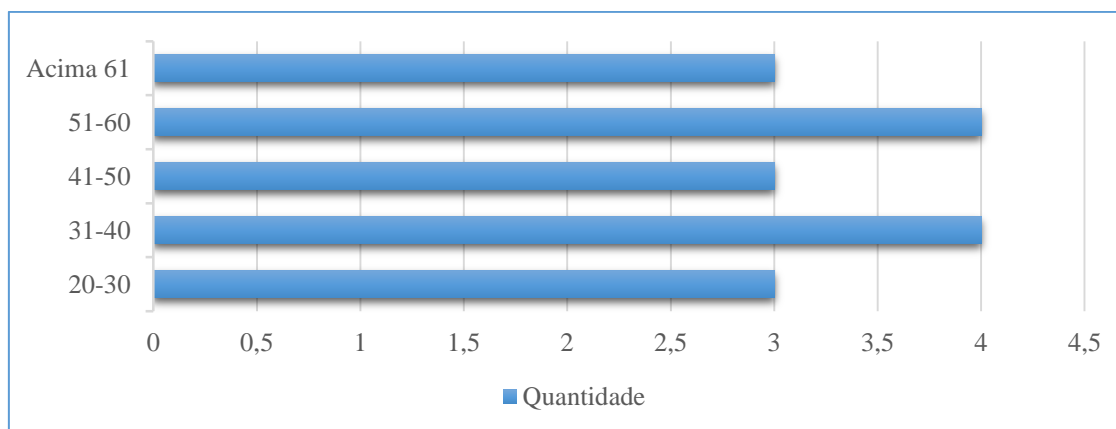
coletivas como resposta as práxis existentes. Apresentando, dessa forma, o poder transformador da agricultura familiar quando utilizado processos organizados traz à tona a capacidade de ampliação da renda, colaborando diretamente com a garantia de sobrevivência das famílias, melhorando a qualidade de vida, além de contribuir com a redução do êxodo rural (FERNANDES, 2017).

4.2 Sobre os/as agricultores/as

De acordo com a RUAF, de maneira geral, os agricultores urbanos brasileiros são produtores familiares convencionais, ainda que muitos deles estejam no processo de transformação para os sistemas agroecológicos estejam localizados em áreas periurbanas, incluindo grupos indígenas e quilombolas, moradores pobres vivendo em áreas dentro ou ao redor das cidades, e especialmente mulheres chefes de família e cidadãos mais velhos, entre 30 e 50 anos de idade.

A amostra pesquisada traz uma categorização semelhante à informada anteriormente, de acordo com a faixa etária dos agricultores, entrevistados(as) nos dois tipos de produção, a maioria (47%) se encontra na faixa etária de 31 a 40 anos. Porém quando considerados de forma separada, observa-se que para o quintal produtivo a maioria está na faixa etária de 51 a 60 anos, representando cerca de 47% da amostra estudada. No entanto, nas hortas comunitárias, a maioria se encontra na faixa etária de 31 a 40. Isto pode estar relacionado com o fato de as iniciativas coletivas serem mais atraentes para o público mais jovem.

Gráfico 1 – Faixa etária dos agricultores das hortas comunitárias e quintais produtivos



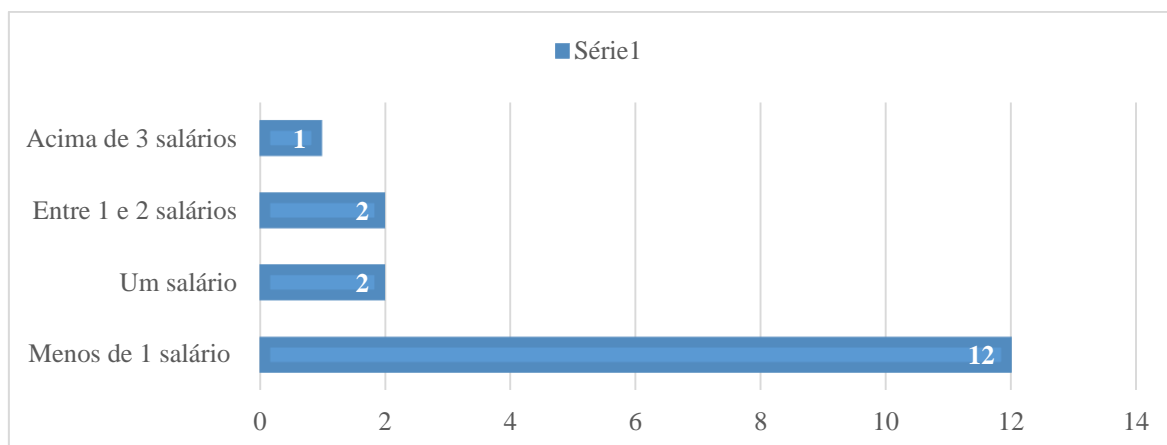
Fonte: Elaborado pela autora (2021). Base de dados: 17 participantes – 10 Quintais Produtivos e 7 Hortas Comunitárias.

Quanto ao sexo, a pesquisa revela que em sua maioria são de sexo masculino (53%), sendo que a única comunidade quilombola com horta comunitária ativa tem como agricultora e gestora uma mulher. Outra informação interessante está relacionada a sua condição social, 65% dos responsáveis se classificam como solteiros, 76% têm filhos que ajudam no trabalho com a horta, e a maioria se identifica como preto (47%) ou pardo (47%).

Sobre a condição financeira, a maioria dos agricultores de quintais individuais (80%) e dos agricultores de hortas comunitárias (57%), recebem menos de um salário-mínimo. Ainda, de acordo com o levantamento a principal fonte de renda tem sua origem de acordo com a relação: 5 entrevistados – auxílio / 2 entrevistados não quiseram informar / 2 da Comercialização dos produtos da horta / 1 Trabalho carteira assinada / 1 trabalho como Docente / 1 Reciclagem e venda de produtos da horta / 1 Micro empreendedor / 2 Auxílio e a comercialização de produtos da horta / 1 Aposentadoria / 1 trabalho fixo. Este resultado reforça a importância da agricultura urbana como fonte de renda e de alimento para segmentos populacionais desfavorecidos (MAXWELL, LEVIN, CSETE, 1998).

Fernandes (2017) pondera sobre as articulações realizadas através de redes, que pode ser um diferencial no que diz respeito ao fortalecimento e ao empoderamento da classe dos agricultores familiares. A agricultura familiar se fortalece ao competir no mercado, quando amplia a sua capacidade de produção quanto a sua capacidade de comercialização, refletindo diretamente na melhora da autoestima, o bem-estar da família e o orgulho de fazer parte dessa classe de trabalhadores; além de contribuir com aumento da renda das famílias, acesso à educação de qualidade, acesso à saúde, à cultura e ao lazer.

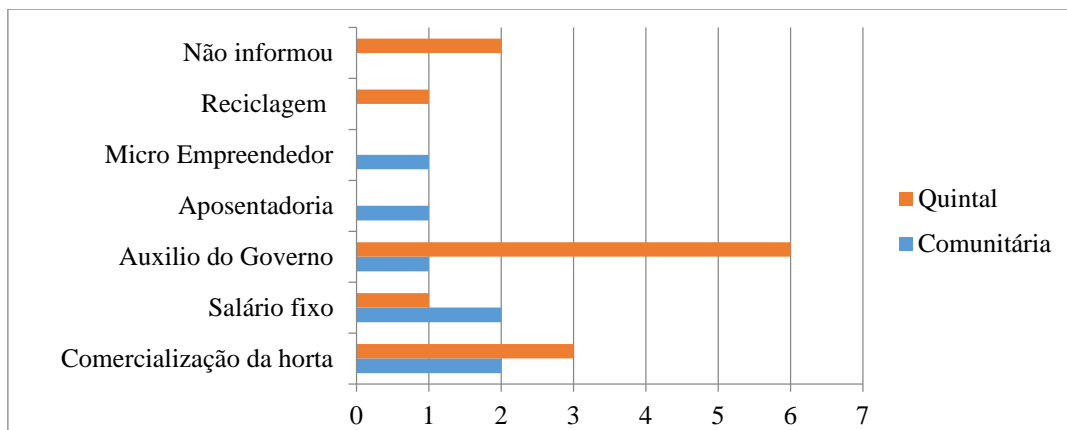
Gráfico 2 – Condição financeira do/a agricultor/a



Fonte: Elaborado pela autora (2021) Amostra: 17 respostas e 17 participantes

O gráfico a seguir apresenta a origem da renda principal e conseqüentemente a importância da comercialização da produção visto que boa parte dos agricultores(as) entrevistados(as), têm o auxílio do governo como principal fonte de renda corroborando dessa forma com a ideia de que essa prática pode ser considerada uma ferramenta transformadora dentro da realidade analisada em questão.

Gráfico 3 – Fonte da origem da renda principal do agricultor/a em Horta Comunitária e Quintal Produtivo



Fonte: Elaborado pela autora (2021). Base de dados: 17 participantes – 10 Quintais Produtivos e 7 Hortas Comunitárias e 17 respostas.

Percebeu-se, dentro da análise da amostra que independentemente do tipo (quintal produtivo ou horta comunitária), que o(a) agricultor(a) informou que sua introdução com o trabalho com hortas foi feita principalmente no seio familiar. E que o grau de instrução do(a) agricultor(a) de horta comunitária é, de um modo geral, superior se comparado ao agricultor de quintal produtivo.

4.3 Sobre o espaço

Experiências em territórios populares com a agricultura urbana podem ser vistas como uma oportunidade de valorização dos espaços subutilizados, além de possibilitar o fortalecimento dos laços dentro da comunidade. As hortas comunitárias e quintais produtivos analisados em seus respectivos espaços trouxeram um melhor aproveitamento desses espaços,

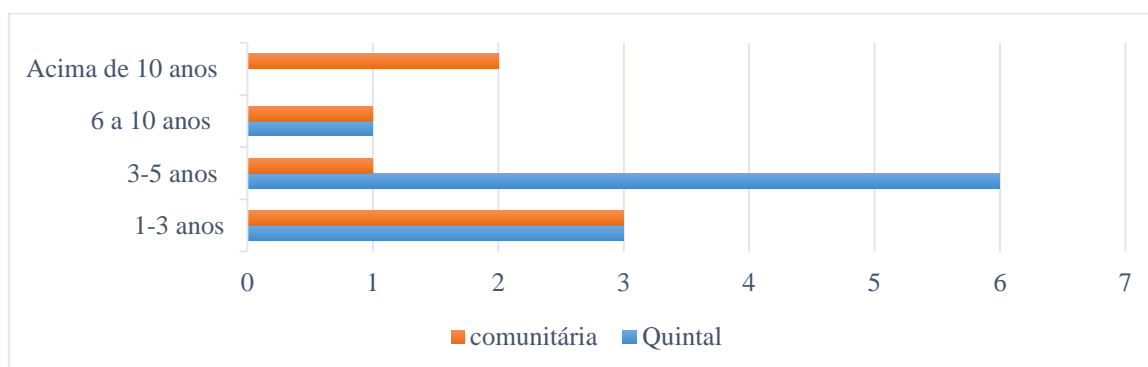
mostrando que esse movimento pode ser visto como uma boa ferramenta para a autogestão dos recursos.

De acordo com o levantamento realizado, o histórico do espaço anterior à existência da horta comunitária, percebe-se que para 57% dos espaços utilizados para o cultivo, eram considerados como subutilizados: 28% das hortas comunitárias são localizadas em áreas públicas subutilizadas e 29% em áreas privadas subutilizadas, como o caso da horta comunitária do Centro Social Urbano Castelo Branco, que era uma área inutilizada dentro do Centro Social Urbano e já teve horta com projetos antigos. Com o passar do tempo, porém, a horta foi desativada. Uma nova gestão assumiu a direção e chegou, dando forma à horta que atualmente existe, produzindo e colaborando com o desenvolvimento do Centro, corroborando com o pensamento que as hortas urbanas podem ser criadas em espaços antes subutilizados, trazendo mais vida à comunidade e ao espaço urbano.

Nagib (2016) reflete sobre o processo de urbanização acelerado na contemporaneidade quando cita: “[...] mudanças nos pressupostos dos planejamentos figuram entre as principais demandas contemporâneas. Uma das alterações esperadas é que seja reforçada a função social do espaço urbano”, pondera sobre o papel da agricultura urbana, quando pensado como agente transformador é utilizado na ocupação de espaços urbanos, garantindo a democratização do acesso à cidade.

Com relação ao tempo de existência das hortas comunitárias, comparada aos quintais produtivos, percebe-se que algumas hortas comunitárias possuem mais de 10 anos de existência, mostrando a persistência dos projetos existentes e envolvimento da comunidade com as ações realizadas, tornando possível a propagação de conhecimento adquirido e a integração social.

Gráfico 4 – Tempo de existência das Hortas Comunitárias e Quintais Produtivos



Fonte: Elaborado pela autora (2021). Base de dados: 17 participantes – 10 Quintais Produtivos e 7 Hortas Comunitárias.

Um ponto interessante para as definições encontradas sobre a agricultura urbana é quanto sua proximidade dos espaços urbanos, além da própria integração ao ecossistema urbano. Conforme Gráfico X, 61% dos espaços onde estão instaladas as hortas são áreas verdes com árvores e vegetação, enquanto 28% são em ambientes altamente urbanizados.

Quanto à localização das hortas comunitárias, 71% estão localizadas na área periférica da comunidade.

4.4 Sobre a horta: manejo, solo, adubo, cultivos

Para o(a) agricultor(a), a manutenção da horta é a parte mais difícil para o desenvolvimento do trabalho. Outra dificuldade apresentada, que chama a atenção, é o preparo inicial do espaço, o comprometimento com o projeto por parte dos envolvidos e mesmo o acesso à água, mudas e sementes.

Com relação às mudas e sementes, 71% afirmam não possuir banco de sementes, enquanto 29% dizem conseguir dentro da própria comunidade com a realização de troca ou doação. Isto demonstra que a solidariedade é uma dimensão presente, tanto para hortas comunitárias quanto para quintais produtivos. Para as hortas comunitárias, essa solidariedade é maior que nos quintais produtivos quando a troca se faz dentro do movimento social afiliado à comunidade. Já para os quintais produtivos, percebe-se que a prática da compra das mudas e sementes é muito mais importante do que nas hortas comunitárias.

Um ponto interessante é que 76% produzem seu próprio adubo e 88% não utilizam produtos químicos para o controle de pragas, evidenciando a importância e desenvolvimento de uma consciência ambiental dos envolvidos. Um fato que apresenta certa preocupação e que foge completamente de uma tendência, quando se pensa em agroecologia, é a inexistência de Banco de Sementes. Percebe-se que, mesmo possuindo a oportunidade de resgatar o cultivo de determinados grãos, nenhum dos agricultores(as) dos quintais produtivos traz esse objetivo, enquanto 71% dos agricultores/as das hortas comunitárias já trazem essa preocupação.

De uma maneira geral, percebe-se uma grande diversidade no cultivo, sendo preferencialmente escolhidos os de cultivo rápido. No entanto, é nítido que as hortas

comunitárias apresentem uma diversidade na seleção, podendo ser influência da ação conjunta da comunidade envolvida.

De acordo com Almeida (2004), a produção agrícola nos espaços urbanos conduziu a melhores hábitos alimentares, evidenciando, dessa forma, a relação existente entre alimentação e saúde. Corroborando com este dado, o levantamento realizado traz que o(a) agricultor(a) da horta comunitária ou quintal produtivo busca a obtenção de melhor condição financeira, com a comercialização do excedente produzido, e o acesso a uma dieta mais saudável.

Tabela 2 – O cultivo das Hortas Comunitárias e Quintais Produtivos.

Qtd	Tipo	O que é cultivado?
01	Quintal Produtivo	Hortaliças (couve, coentro, salsa, cebolinha.), quiabo, pepino, aipim, banana, mamão, milho, mangalô, fava, mostarda, abobrinha.
02	Quintal Produtivo	Quiabo, feijão, macaxeira, melancia, tomate.
03	Horta Comunitária	Hortaliças, banana, plantas medicinais,
04	Horta Comunitária	Hortaliças, Banana, aipim, batata doce, abobora, maxixe, limão, louro, urucum, mangaba, manga, jabuticaba, coco, acerola, milho, cenoura.
05	Horta Comunitária	Hortaliças, banana, caju, coco, pitanga, ervas medicinais, flores.
06	Horta Comunitária	Hortaliças, quiabo, capim santo, erva cidreira, feijão, cana.
07	Horta Comunitária	Hortaliças, piaçava, moringa, mandioca, aipim, milho – semente crioula (vermelho, pipoca), dendê, frutas (laranja, lima, limão mirim e limão gigante, caju doce, caju azedo, manga, banana da prata, banana maçã, banana d'água, banana pão, banana da terra, maracujá, jaca, graviola, mamão, cacau, cupuaçu, ...)
08	Horta Comunitária	hortaliças e legumes (couve, alface, coentro, berinjela, manjericão, hortelã, cebolinha, tomate, pimenta, quiabo).
09	Quintal Produtivo	Hortaliças, plantas medicinais, aipim, banana.
10	Quintal Produtivo	Hortaliças, salsa, manjericão, coentro, etc.
11	Quintal Produtivo	Coco, aipim, quiabo, banana, ervas medicinais, hortaliças (salsa, manjericão, ...)
12	Quintal Produtivo	Hortaliças (coentro, salsa), goiaba, acerola.
13	Quintal Produtivo	Hortaliças (alface, coentro), jambo, quiabo, abobora, maxixe, caju, hortelã, cana, flores.

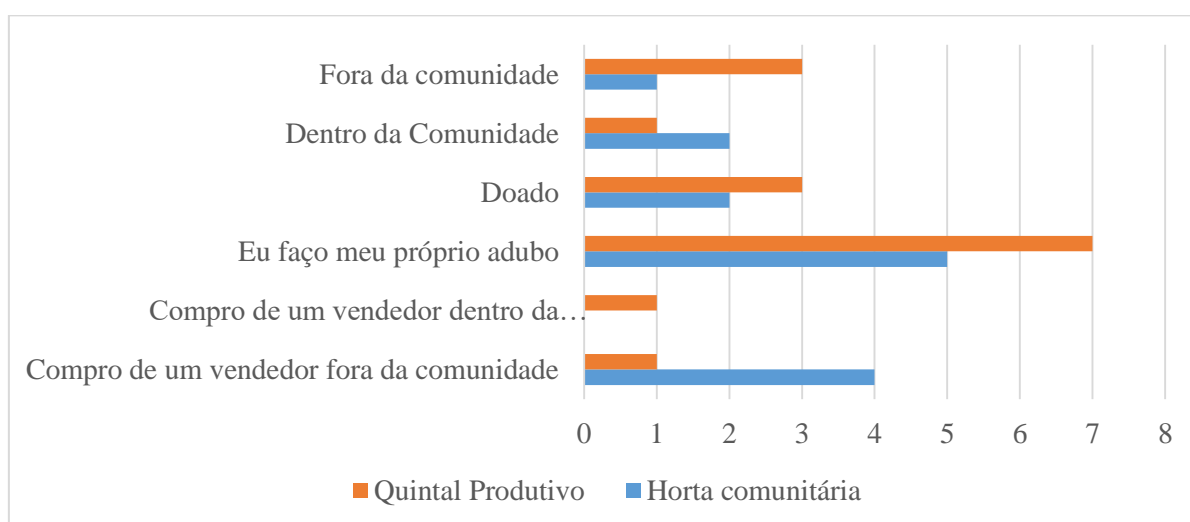
14	Quintal Produtivo	Banana, coqueiro, licuri, chuchu, coentro, abobrinha, hortaliças.
15	Quintal Produtivo	Plantas (tudo que plantar nasce) e ervas medicinais.
16	Quintal Produtivo	Milho, cana, banana, abacaxi, maracujá, hortaliças, ervas medicinais.
17	Horta Comunitária	Agrofloresta agroecológica e biodiversa.

Fonte: Elaborado pela autora.

A origem do adubo utilizado no manuseio das hortas e quintais produtivos também foi um item verificado dentro dessa pesquisa, já que alguns aditivos químicos podem ser utilizados dentro desse processo indo contra o conceito principal da agroecologia onde se estimula o uso de uma agricultura orgânica. Além disso, percebemos a preocupação com o meio ambiente no aproveitamento dos resíduos para compostagem. Tanto para as hortas comunitárias, quanto quintais produtivos, percebe-se que a confecção do adubo é comum, corroborando diretamente com essa percepção.

Fernandes (2017) traz informações acerca dos princípios da agroecologia utilizados dentro do manejo das hortas urbanas, oportunizando saberes para enfrentamento de questões atuais como o tratamento dos resíduos sólidos. A agroecologia proporciona a transformação dos resíduos sólidos orgânicos em material para uso como adubo, completando o ciclo que retira do meio ambiente toneladas de lixo não tratado, e que, misturados ao lixo de descarte, acabam sendo desperdiçados e contribuindo para a poluição do solo e do ambiente.

Gráfico 5 – Origem do adubo utilizado em Hortas Comunitárias e Quintais Produtivos



Fonte: Elaborado pela autora (2021). Base de dados: 17 participantes – 10 Quintais Produtivos e 7 Hortas Comunitárias.

No momento em que o número de agrotóxicos autorizados cresce de forma alarmante, perceber que tanto para as hortas comunitárias e quintais produtivos o uso de receitas caseiras e utilização de defensivos naturais estão presentes nessas modalidades de cultivo indica que a agricultura urbana, especialmente a desenvolvida em hortas comunitárias, pode ser um meio de preservação de práticas tradicionais sustentáveis, que promovem cultivos adaptados às condições locais.

Altieri (2004) reflete sobre o manejo ecológico dos recursos naturais relacionado às formas de ação social coletiva propostas no desenvolvimento participativo associado com uma produção agrícola com o objetivo de contribuir com segurança e soberania alimentar. Acredita-se que a garantia da Soberania alimentar se dá com o fortalecimento dos circuitos curtos de produção e comercialização de alimentos. Além de uma forma geral garantir a disponibilidade de alimentos frescos e saudáveis para a população urbana, representando assim uma oportunidade de trabalho e renda para populações em situação de vulnerabilidade social.

O levantamento nos mostra que a utilização de produtos químicos é evitada e que a grande maioria dos/as agricultores(as), tanto para Hortas Comunitárias quanto Quintais Produtivos, prioriza a utilização de defensivos alternativos tais como os citados por alguns entrevistados:

“Com produtos naturais, receitas aprendidas na comunidade ex: vinagre com detergente.”

“Controla com fertilizantes naturais, fumo e outros.”

“Com receitas caseiras aprendidas nas oficinas.”

O destino da produção das Hortas comunitárias e quintais produtivos nos confirma que a produção é utilizada tanto para subsistência quanto para comercialização para ambos.

A horta, independentemente do tipo assumido (comunitário ou individual), é considerada rentável pela maioria dos produtores, pois apresenta benefícios econômicos diretos, uma vez que existe a possibilidade da comercialização do excedente e a economia realizada com o consumo direto do que é produzido. Este benefício é especialmente relevante para agricultores e famílias de baixa renda, como é o caso dos(as) entrevistados(as) desta pesquisa.

A Tabela 02, a seguir, apresenta uma ideia aproximada de valores adquiridos com a comercialização do excedente. Importante salientar que, mesmo tendo informado que a horta comunitária ou quintal produtivo é considerado rentável, percebe-se que os(as) agricultores(as) não trazem números definidos mostrando que a ideia de rentabilidade vai além das questões financeiras.

Tabela 02 – Renda aproximada informada pelos/as Agricultores/as de Hortas Comunitárias referente a produção comercializada

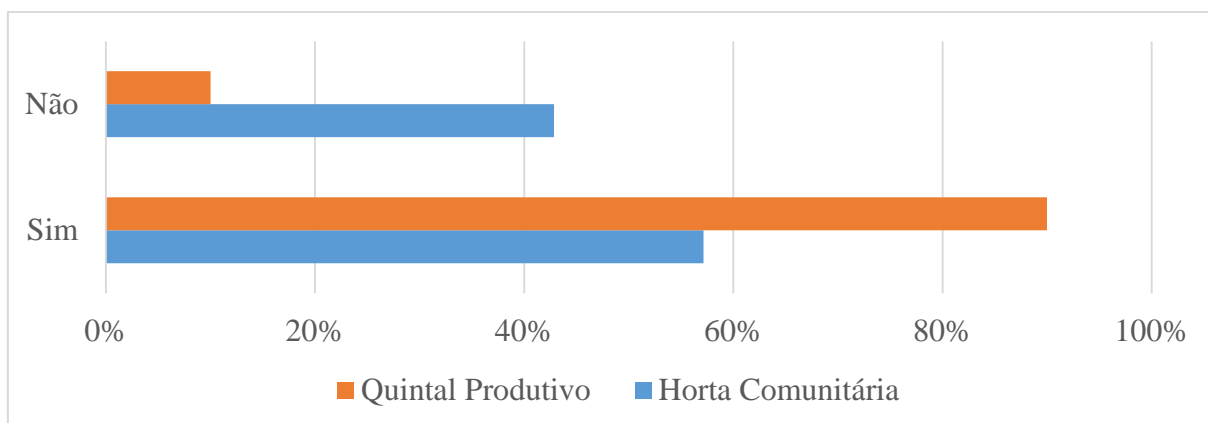
Tipo	3.31.1 Qual a sua renda aproximada derivada da horta?
Horta Comunitária	Depende do cultivo e mês.
Horta Comunitária	R\$600,00 por semana.
Horta Comunitária	Não soube informar.
Horta Comunitária	Ainda não tivemos produção suficiente para comercialização. Estamos ainda produzindo para consumo local.
Horta Comunitária	R\$400,00 mensal / R\$4.800,00 anual
Horta Comunitária	Não soube informar.
Horta Comunitária	Não soube informar.

Fonte: Elaborado pela autora (2021). Base de dados: 7 participantes

4.5 Sobre a água

As experiências de hortas comunitárias nos territórios populares de Salvador (BA) são bastante frágeis e descontínuas, expondo importantes limites à sua permanência. Um destes limites é a dificuldade de acesso à água em quantidade, qualidade, ou de forma gratuita. Essa falta é mais presente nas hortas comunitárias (43%) do que nos quintais produtivos (10%).

Gráfico 6 – Acesso à água para Hortas Comunitárias e Quintais Produtivos.

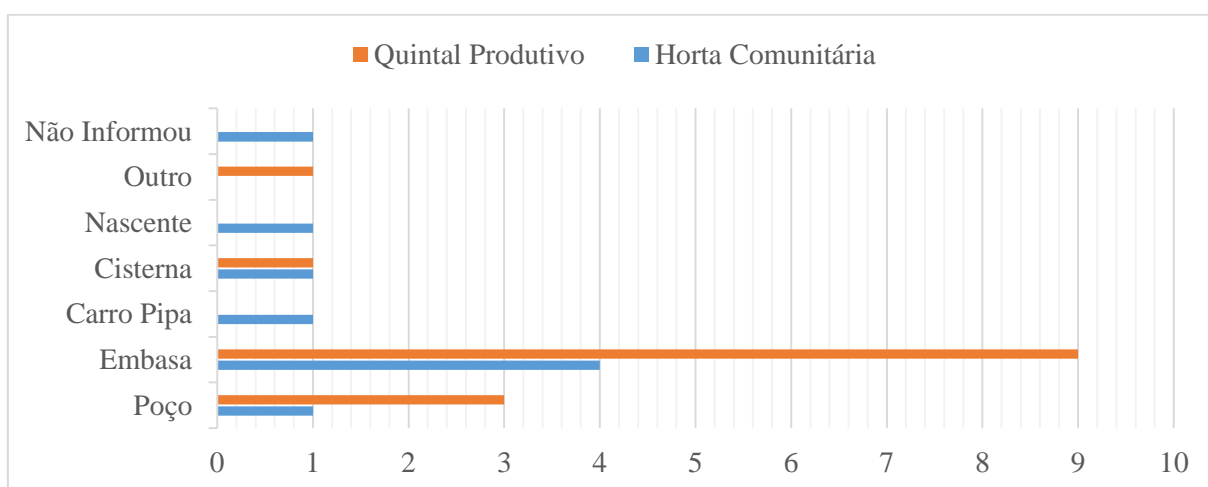


Fonte: Elaborado pela autora (2021). Base de dados: 17 participantes – 10 Quintais Produtivos e 7 Hortas Comunitárias.

Um aspecto importante observado nos quintais produtivos estudado é que, mesmo sendo informado acesso facilitado à água, a maioria (90%) dos entrevistados/as informam ausência de licença para uso da água, abrindo uma lacuna importante para estudo quanto ao acesso à água e qual a qualidade dela.

A maioria dos responsáveis pelas hortas sinalizaram que o abastecimento de água era um fator limitante para o aumento da produção e para a permanência das atividades, o que piorava nos períodos de estiagem, pois com frequência ocorria a interrupção do abastecimento, bem como a elevação do custo da água. Os dados mostram, ainda, poucas iniciativas para a utilização de água através de fontes e/ou tecnologias alternativas. Esses dados trazem uma questão complexa que precisa ser investigada mais a fundo.

Gráfico 7 – A procedência da água utilizada nos Quintais Produtivos e Hortas Comunitárias



Fonte: Elaborado pela autora (2021). Base de dados: 17 participantes – 10 Quintais Produtivos e 7 Hortas Comunitárias, 23 respostas.

A análise do Gráfico 7 nos mostra o uso de fontes alternativas utilizadas para o acesso à água. Da amostra coletada, 80% dos responsáveis por quintal produtivos informou que não faz uso de tratamento, já que ela é fornecida principalmente pelo órgão oficial de distribuição, enquanto 43% das hortas comunitárias fazem tratamentos alternativos na água utilizada.

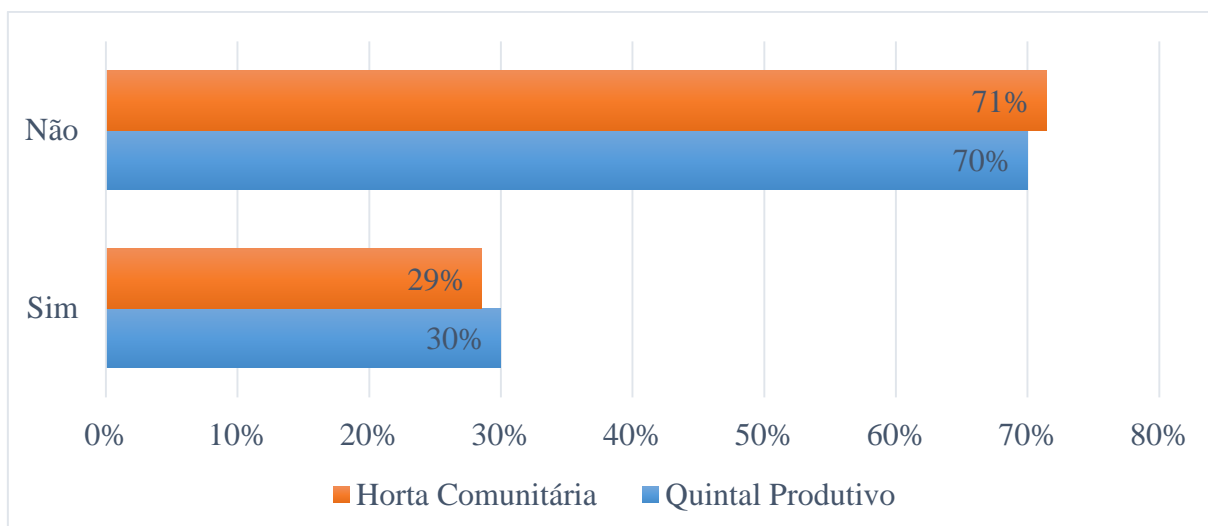
4.6 Sobre o lixo

Informação importante com relação ao cuidado com o meio ambiente é que 100% dos(as) entrevistados(as) independente de produzir em horta comunitária ou individual, afirmam ter cuidado com o lixo gerado, utilizando técnicas de reaproveitamento na utilização dos resíduos na confecção de adubo, além da utilização de embalagens quando de papel para queima ajudando no controle de pragas.

De acordo com o levantamento realizado a condição de reaproveitamento e aproveitamento dos resíduos sólidos para reduzir o desperdício, os(as) agricultores(as) informam que em 71% das hortas comunitárias e 71% dos quintais produtivos não é realizada coleta seletiva.

Ferreira (2019) discorre sobre a relação existente entre as hortas urbanas e os princípios da agroecologia quando se trata de resíduos sólidos. Pontua o desafio enfrentado pelos grandes centros e reflete sobre os processos relacionados ao tratamento dos resíduos, salientando a importância na transformação desse material para uso como adubo, completando seu ciclo indo até a retirada do meio ambiente, além da contribuição direta ao combate à poluição do solo e do ambiente.

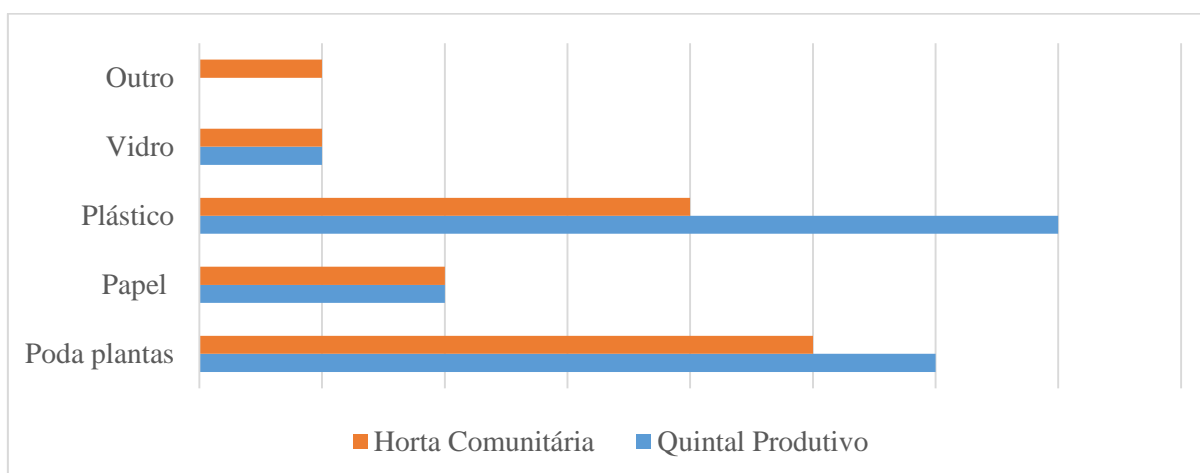
Gráfico 9 – Manejo dos resíduos sólidos para coleta seletiva em Hortas Comunitárias e Quintais Produtivos



Fonte: Elaborado pela autora (2021). Base de dados: 17 participantes – 10 Quintais Produtivos e 7 Hortas Comunitárias.

E, mesmo que não seja realizada coleta seletiva, a existência de uma preocupação com o meio ambiente é mais uma vez demonstrada quando 100% dos Quintais Produtivos e 86% das Hortas Comunitárias fazem uso de materiais reciclados.

Gráfico 10 – Indicação dos materiais utilizados para reciclagem em Hortas Comunitárias e Quintais Produtivos



Fonte: Elaborado pela autora (2021). Base de dados: 17 participantes – 10 Quintais Produtivos e 7 Hortas Comunitárias. Total de respostas 29.

4.7 Casos Emblemáticos

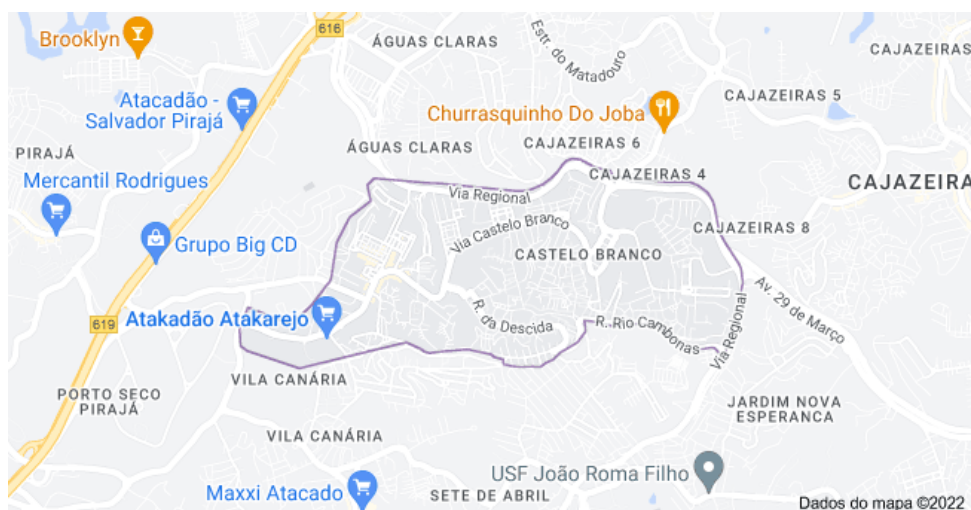
4.7.1 Horta Comunitária do Castelo Branco

De acordo com observatório de Salvador, em 2010, o bairro de Castelo Branco contava com uma população total de 33.510 habitantes, a maior parte se autodeclarou parda (52,39%) e preta (32,1%), do sexo feminino (52,42%) e se encontrava na faixa etária de 20 a 49 anos (51,92%). No que diz respeito a população residente, 5,11% dos responsáveis não eram alfabetizados, e apesar de 42,3% estar na faixa de 0 a 1 salário mínimo.

A prefeitura de Salvador apresenta o bairro como predominantemente residencial, onde existem chácaras, prédios, um clube de golfe e habitações de outras tipologias. Ele é formado pelo conjunto da Urbis, administrado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER). Sua população é composta por funcionários públicos, como policiais militares, professores do estado e da prefeitura e funcionários da Petrobrás. O bairro conta com várias linhas de ônibus para diversos locais da cidade, e faz divisa com Cajazeiras e Pau da Lima.

A horta comunitária do Centro Social Urbano (CSU) de Castelo Branco é um projeto que nos mostra que mesmo diante do crescimento desordenado da capital, a mobilização faz toda a diferença. O projeto tem contribuído para o desenvolvimento comunitário, o fortalecimento dos vínculos das comunidades e melhoria da qualidade de vida dos participantes do projeto.

Figura 6 – Vista / Localização do Centro Social Urbano de Castelo Branco



Fonte: Imagem extraída da web.

A figura abaixo apresenta colaborador em momento vivido na horta do Centro Social Urbano de Castelo Branco. Importante pontuar que além dos moradores da comunidade, o Projeto também conta com um grupo de voluntários que estão ativos nas ações feitas na horta, desde o mutirão até a colheita e venda dos alimentos produzidos.

Figura 7 – Colaborador na horta comunitária Centro Social Urbano de Castelo Branco



Fonte: Imagem extraída da internet (Instagram @hortacastelo – 2021.)

4.7.2 Horta Comunitária do Quilombo Dandá

Para a comunidade Quilombola do Dandá, que possui horta comunitária atuante, a venda local da produção excedente às necessidades de autoconsumo das famílias produtoras, configura as relações informais de compartilhamento e reciprocidade que, além de minimizarem situações de vulnerabilidade, criam laços e vínculos comunitários dentro da ocupação. Têm como líder comunitária a “Dona Lora”, mulher cheia de agarrar e amor pela lida com a terra que em um dos seus relatos destacou a importância da horta quanto mulher. Para ela e demais companheiras dentro do trabalho coletivo se sentem honradas em trabalhar com a terra, se fortalecendo quanto mulher praticante da agricultura, que possibilita a autonomia, resistência, conhecimento quanto às práticas desenvolvidas no dia a dia. Demonstra a preocupação com o agronegócio quanto à utilização de agrotóxicos e destaca que as práticas utilizadas na horta são as mais naturais, fazendo uso de técnicas artesanais para controle de pragas, priorizando a produção de orgânicos.

Figura 8 – Momento de Feira orgânica no Quilombo Dandá



Fonte: Imagem encontrada na Internet (2022)

5 Considerações finais

Para Madaleno (2002), promover a agricultura no meio urbano contribui com a formação de cidades mais produtivas e auto suficientes; estando aliada ao apelo ambiental, além da promoção do resgate do ser humano com a biodiversidade natural e a agricultura, mesmo que em tempo parcial. Nesse sentido, os resultados positivos podem ser verificados como na melhoria da renda das famílias participantes e da qualidade dos alimentos consumidos, bem como outros não tão facilmente tangíveis como a agregação das famílias.

Percebe-se que a agricultura urbana produzida no seio familiar apresenta características positivas, tais como: o aumento da capacidade da comunidade enfrentar possíveis crises alimentares, reforça a autonomia dos sujeitos envolvidos, favorece na transmissão de conhecimento, melhora a alimentação de famílias mais carentes, além de oferecer produtos com qualidade superior e fazer uso de técnicas agroecológicas.

A presença da agricultura no ambiente urbano é uma verdade que permite que questões socioambientais e ecológicas sejam percebidas dentro dos centros urbanos, proporcionando uma melhora significativa junto às questões relacionadas à estética e qualidade de vida. Como lembra Souza (2004), a Agricultura Urbana existente nos espaços

públicos de livre acesso, como no caso das hortas urbanas comunitárias, é frequentemente decorrente de processos ativistas de mobilização cidadã em escala local e pode ser analisada como mecanismo capaz de superar algumas das dificuldades sociais, econômicas e ambientais vivenciadas por grupos e comunidades precarizadas e, assim, democratizar a produção da cidade, lidando de forma melhor com os desarranjos do meio ambiente urbano (Mongeau, 1998). As hortas urbanas podem ser vistas também como espaços de manifestação de resistência de grupos sociais que se estabeleceram em locais específicos da cidade e perpetuam a cultura agrícola hereditária, transformando o ambiente do entorno em locais singulares, revestidos de tradição, cultura e história, testemunho da história dos grupos étnicos.

A agricultura urbana é importante fonte de suprimento dos sistemas de alimentação para as populações. Pode-se relacioná-la com a segurança alimentar e desenvolvimento da biodiversidade uma vez que proporciona melhor aproveitamento dos espaços, manejo adequado dos recursos de solo e água, bem como às questões ambientais por promover a redução no acúmulo de lixo e melhorar a qualidade da água. A formação de microclimas, a preservação de doenças por uma alimentação diversificada e pelo poder curativo das plantas medicinais, são componentes da qualidade de vida proporcionada pela prática da agricultura urbana.

É fundamental que, no processo de consolidação das práticas da Agricultura Urbana, sejam estabelecidos mecanismos duráveis de reciprocidade e sustentabilidade, com base na cooperação e gestão coletiva, proporcionando, além da obtenção de renda, uma série de benefícios adicionais, tais como o trabalho colaborativo, a construção de redes sociais que fomentem relações mais autônomas e inclusivas, características que tornam o trabalho edificante e contribuem para a redução das desigualdades socioambientais e socioespaciais (GAIGER, 2006; ZAAR, 2013).

Já a Soberania Alimentar, aqui compreendida, para ser implementada exige mais do que políticas públicas, já que se configura com um projeto de transformação da sociedade, construído a partir do questionamento de diversas dimensões como política, social, econômica e cultural. Tal questionamento se apresenta num espaço abrangente, desde ações políticas locais às articulações em redes globais. Assim, podemos considerar que a Soberania Alimentar é um princípio que orienta ações dos projetos políticos dos diversos sujeitos deste campo de disputa.

Buscou-se compreender como as mulheres que participam dessa prática constroem e percebem a existência de um projeto político, e como é possível ocupar o papel de unificar a luta e legitimar sua relação com outros sujeitos e em espaços públicos distintos. São as mulheres, que compartilham seus saberes, seus conhecimentos, seus valores e suas verdades. Elas se reconhecem se apoiam; ao praticarem, ao construírem os bancos de sementes, ao trocarem sementes, ao plantarem as plantas medicinais, ou quando ao trocarem receitas elas resgatam, divulgam e fortalecem suas práticas milenares.

Percebe-se que é no espaço urbano que encontraremos as maiores contradições do capitalismo, já que muitas pessoas não se sentem representadas pelo atual formato de nossa democracia. Acredita-se, assim, que é no espaço urbano que se encontra o caminho para novas alternativas de superação do capitalismo, defendendo que a participação da população é fundamental para que ocorram mudanças. Lefebvre (2001) diz que o direito à cidade não é só estar na cidade, também inclui moldá-la, construí-la e se apropriar de seus espaços pela participação política – e os movimentos sociais urbanos emergem como potências para diminuir as desigualdades na cidade e lutar pela construção de novos ideais pós-capitalistas.

Por fim, refletindo na própria melhoria dos espaços urbanos quando mobilizados pelo sentimento de contribuir com a construção de uma sociedade mais justa e sustentável, grupos passaram a fazer uso de espaços, antes utilizados como depósitos a céu aberto, para a criação de espaços verdes, como hortas comunitárias. Diante disso, se vê a necessidade de apresentar a Agricultura Urbana como componente fundamental do Direito à Cidade, refletindo sobre a função socioambiental do espaço urbano e considerando seu papel importante na luta para a soberania alimentar e a justiça ambiental, além da ocupação de áreas urbanas ociosas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mário Tito Barros. **A dinâmica eco geopolítica da fome e as relações de poder na governança global da segurança alimentar: a soberania alimentar como resistência.** Tese (doutorado) – UNB – Instituto de Relações Internacionais. Belém, p. 305, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/39367>>

ALMEIDA, Mafalda Sofia Portela de. **Hortas comunitárias: uma nova filosofia de vida.** Dissertação Mestrado em Educação Área de Especialização em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária, Universidade do Minho Instituto de Educação Trabalho, 2016.

ALMEIDA, Daniela A. O. de. **Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte.** Belo Horizonte: UFMG, Tese de Doutorado em Geografia, 2016.

ARMAR-KLEMESU, Margaret. (2000). **Urban agriculture and food security, nutrition and health.** In: BAKKER, Nico; DUBBELING, Marielle; GÜNDEL, Sabine; SABEL-KOSCHELLA, Ulrich; DE ZEEUW, Henk. (Ed.). Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda. Feldafing: Deutsche Stiftung für Internationale Entwicklung.

ALVES, Eliseu; SOUZA, Geraldo da Silva e; MARRA, Renner. **Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010.** Revista de Política Agrícola. n. 2, p. 80-88, abr./mai./jun., 2011. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/910778/1/Exodoesuacontribuicao.pdf>>

AMOROZO, M. C. M. **Os Quintais – Funções, importância e futuro.** In: GUARIM NETO, G.; CARNIELLO, M. A. (Org.). Quintais Mato-Grossenses: Espaço de conservação e reprodução de saberes. Cáceres: UNEMAT, 2008.

AMOROZO, M.C.M. **Agricultura Tradicional, Espaços de Resistência e o Prazer de Plantar.** In: Albuquerque, U.P. et al (orgs.) Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia. Recife: Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, 2002.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial.** Reforma Agrária, Rio Claro (SP), vol. 28, nº1, 2 e 3, vol. 29, nº1, p. 49-67, jan.1998/ago. 1999.

ARANTES, Rafael de Aguiar. **O (s) espaço (s) público (s) numa cidade desigual e segregada.** Caderno CRH, v. 34, 2021.

ANTONIO FILHO, Fadel David. **Globalização: para quem?** Geosul: revista do Departamento de Geociências, Florianópolis, v.17, n.33, p.7-21, 1º semest.2002.

ARAÚJO, Wodis Kleber Oliveira. **A relação campo-cidade no município de Feira de**

Santana – BA: Renda da terra, campesinato e ruralidades. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. São Cristóvão/SE, 2015. Disponível em: <<http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/5455>>

BEZERRA, M. do C. de L.; FERNANDES, M.A. (Coord.) **Cidades sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000.

BRASIL. Lei Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006. **Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO – MAPA. 2019. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>

BRASIL. Lei Nº 11.326, de 15 de Setembro de 2006. **Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm>

BOLLIER, David. Think like a commoner: **A Short Introduction to the Life of the Commons.** Gabriola Island (CA): New Society Publishers, 2014.

CASAGRANDE, Adriana Eliane; SOUZA, Edson Belo Clemente de. **O espaço e a demografia: o planejamento regional em perspectiva nas margens paranaenses do Lago de Itaipu.** Sociedade e Território, Natal, v. 24, n. 1, p. 2-27, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/3461>>

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade: novas identidades em construção. Estudos sociedade e agricultura,** 1998.

CURAN, Roberta Moraes; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **Segurança alimentar e nutricional como função da agricultura urbana de base agroecológica das hortas da zona leste do município de São Paulo.** IV ENPSSAN. p. 1-6, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/344083899_Seguranca_alimentar_e_nutricional_como_funcao_da_agricultura_urbana_de_base_agroecologica_das_hortas_da_Zona_Leste_do_municipio_de_Sao_Paulo>

DE MORAES, Dênis. **Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci.** Revista Debates, v. 4, n. 1, p. 54, 2010.

DRESCHER, A. W; JACOBI, Petra e AMEND, Joerg. **Segurança Alimentar Urbana: Agricultura Urbana, uma resposta à crise?** In: Revista de Agricultura Urbana. Vol. 1. julho de 2000.

DRESCHER, Axel W. (2001). **Technical tools for urban land use planning.** Urban Agriculture Magazine, n. 5, dec.

DEELSTRA, T.; GIRARDET, H. **Urban agriculture and sustainable cities. In: Growing cities, growing food: Urban agriculture on the policy agenda: A reader on urban agriculture.** Edited by: Barker et al. Feldafing, Germany: German Foundation for International Development (DSE); 2000.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Growing Greener Cities: In Latin America and the Caribbean.** Rome: United Nations, 2014a. 92 pp.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Cidades de desespero ou oportunidade?** <http://www.fao.org/ag/agp/greenercities/pt/hup/index.html>

FIPE. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Plano Salvador 500. Relatório de caracterização atual. 2015.** Disponível em: < <http://www.cms.ba.gov.br/pddu/Caracterizacao%20Atual.pdf> >

FERREIRA, Lara Cristine Gomes. NÓBREGA, Stéfanny da Cruz. **Agricultura urbana e soberania alimentar: uma reflexão sobre a importância das práticas socioambientais na grande Goiânia (GO).** Revista GeoNordeste. n. 3, p. 129-150, 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/11951/10257>

FERREIRA, Giovana Callado. Pelo direito à cidade: Políticas públicas e hortas urbanas em Florianópolis. História Unicap, v. 6, n. 12, p. 259-273, 2019.

FERNANDES, R. B.; REGINA, M. E. R. **O acelerado crescimento dos bairros populares na cidade de Salvador-Bahia e alguns dos seus principais impactos ambientais: o caso do Cabula, geograficamente estratégico para a cidade.** In: Geosul, Florianópolis, v. 20, n. 39, p 119-131, jan./jun. 2005. Disponível em: <13311-Texto do Artigo-41030-1-10-20100423.pdf>

FERNANDES, Denise Medianeira Mariotti; KARNOPP, Erica. **A GLOBALIZAÇÃO E SEUS EFEITOS: A REAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA, A PARTIR DOS PROCESSOS ORGANIZATIVOS DESENVOLVIDOS NA AGRICULTURA FAMILIAR.** X Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: Conflitualidade e desenvolvimento territorial.** In: BUAINAIN, A. M.; F. B. M.; DA SILVEIRA, J. M. F. J. Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Editora Unicamp, 2008. Disponível em: http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/71/f1301questo-agrria_conflitualidade-e-territorialidade.pdf

FONSECA, Wéverson Lima; FONSECA, Wéverson José Lima; OLIVEIRA, Augusto Matias de; VOGADO, Gleissa Mayone Silva; SOUSA, Gioto Ghiarone Tertio e; SOUSA, Tiago de Oliveira; SOUSA JÚNIOR, Severino Cavalcante de; LUZ, Carlos Syllas Monteiro. **Causas e consequências do êxodo rural no Nordeste brasileiro.** Nucleus, v. 12, n. 1, p. 233-40, abr., 2015. Disponível em: <<https://www.nucleus.feituverava.com.br/index.php/nucleus/article/download/1422/1774>>

GARCIA, L (2009) **A Relação Mulher e Natureza: laços e nós enredados na teia da vida**. Gaia Scientia 3(1): 11-16.

GARRIDO, R. J. S. 2001. **Como funciona a Outorga de Direito de Uso da Água**. Folha do Meio Ambiente. Recursos Hídricos. Cultura Viva, Editora Ltda. Agosto, 2001. Brasília – DF. p.23- 26.

GIRARDET, H. **Cities and the Culture of Sustainability**. In: Earth Summit 2002: a new deal, 2000. 202p. E-BOOK.

GITTLEMAN, M. **The Role of Urban Agriculture in Environmental and Social Sustainability, a Case Study of Boston Massachusetts**, 2009. E-Book. Tufts University.

GREWAL, S.S.; GREWAL, P. **Can cities become self-reliant in food?**. Cities, v. 29, n.1, p.1- 11, 2012. Disponível em: < <https://doi.org/10.1016/j.cities.2011.06.003> >. Acesso em: 24 junho 2022.

HARVEY, David (2003a). **Paris, Capital of Modernity**. New York. The New Imperialism. Oxford University Press, 2003.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

HURON, Amanda. **Theorising the urban commons: new thoughts, tensions and paths forward**. In: Urban Studies. First published date: January-17-2017.

DE SOUSA, Leonardo Veronez. **Experiências de agricultura (peri) urbana coletiva: outras experiências económicas?**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de Coimbra (Portugal).

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<https://ibge.gov.br/>>

JALIL, Laeticia Medeiros et al. **Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro**. 2009.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999 (1970).

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008 (1968).

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 3. ed. rev. e aum. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, 494 pp.

LEANDRO, Maiara Cerqueira. **A produção do espaço da cidade pequena: das representações socioespaciais à apropriação das práticas cotidianas em São Felipe - BA.** 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo. Vitória da Conquista, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/article/download/20872/1366>>

LIMA, Márcia Tait. **Porque a agricultura na cidade? A importância da Agricultura Urbana em contexto de emergência climática e sanitária.** Boletim Covid-19, Instituto de Geociências – UNICAMP. n. 20, p. 1-8, 2020. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.unicamp.br/unicamp/sites/default/files/2020-08/Boletins%2520DPCT%2520IG%2520n20.pdf&ved=2ahUKEwjA1-nksLf4AhWSCdQKHcSTCegQFnoECCYQAQ&usg=AOvVaw354cahX4Q2XShHthkzc_Wf>

MACEDO, M. **Indicação aprovada sugere implantação de Programa de Agricultura Urbana.** Câmara Municipal Porto Alegre, 2015.

MACHINI, Mariana et al. **Conflitos de poder em hortas urbanas: o caso da Horta das Flores.** Cadernos de Agroecologia, v. 13, n. 1, 2018.

MARICATO, E. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano Brasil.** In: Arantes, O; Vainer, C.; Maricato, E. A cidade do planejamento único: Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

MCLENNAN, J. **The Urban Agriculture Revolution. Bringing Food into Living Cities.** Seattle: TrimTab, 2010.

MAYER, Joviano Gabriel Maia. **O comum no horizonte da metrópole biopolítica.** 2015. 288f. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MADALENO, I. M. **A Cidade das Mangueiras: Agricultura Urbana em Belém do Pará.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.

MAXWELL, D; LEVIN, C.; CSETE, J. **Does urban agriculture help prevent malnutrition? Evidence from Kampala.** Food policy, v. 23, n.5, p. 411-424, 1998. Disponível em: Does urban agriculture help prevent malnutrition? Evidence from Kampala - ScienceDirect . Acesso em: 24 de junho de 2022.

MATTEDI, M.R.M.; BRITO, M.R. de; BARRETO, S.S. **Salvador: o processo de Urbanização.** In: CPE; SEPLANTEC; OCEPLAN. Habitação e Urbanismo em Salvador. Salvador: SEPANTEC/OCEPLAN, 1979. p. 337–364. p. 355.

MALUF, R. **Atribuindo sentido(s) ao desenvolvimento econômico.** Estudos, Sociedade e Agricultura, nº 15. (Rio de Janeiro, MAUAD), 2000, p. 53-86.

MOUGEOT, Luc J.A. **Agricultura Urbana- conceito e definição**. In: La Agricultura Urbana. Vol. 1. julho de 2000. disponível em: www.ipes.org.br acesso em 29 de outubro 2020.

NASCIMENTO; Carlos Alberto Sarmiento do; VIANNA, Márcio de Albuquerque; RAMOS, Diná Andrade Lima; VILLELA, Lamounier Erthal; FASNCISCO, Daniel Neto. **A migração do campo para os centros urbanos no Brasil: da desterritorialização no meio rural ao caos nas grandes cidades**. Apresentado no XVI Congresso Internacional FoMerco. p. 1-20, set., 2017. Disponível em: <http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1502235198_ARQUIVO_fome_rco_AMIGRACAODOCAMPOPARAOSCENOSURBANOSNOBRASIL.pdf>

NAGIB, Gustavo. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

OLESKO, Gustavo Felipe. **Campesinato, Território e Luta de Classes: o uso comum da terra como prática territorial subversiva**. Apresentado no VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária. p. 1-20, 2017. Disponível em: <https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt01_1506903012_arquivo_artigosingaolesko-2017.pdf>

PAULA, Adriano Makux de; GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Acumulação por espoliação/primária e questão agrária no século XXI em Pitanga-PR**. Bol. geogr., v. 37, n. 3, p. 138-158, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/download/41257/751375150285/>

PARAGUASSÚ, Lidice Almeida Arlego et al. **A agricultura urbana como estratégia de sustentabilidade da cidade do Salvador, Bahia, Brasil**. 2013. Disponível: <http://hdl.handle.net/10366/122904>

POULSEN, M. N. et al. **A systematic review of urban agriculture and food security impacts in low-income countries**. Food Policy, v. 55, p. 131-146, 2015. Disponível em: A systematic review of urban agriculture and food security impacts in low-income countries - ScienceDirect

PORTO, E.; CARVALHO, E. **Reflexos da Globalização na região de Salvador, Bahia – Brasil**. Salvador: InP/FAU-UFBA. 1999. p.15-27.

PURCELL, Mark, and Shannon K. TYMAN. "Cultivating food as a right to the city." Urban gardening as politics. Routledge, 2019. Pp.62-81.

TONUCCI FILHO, João B. M.; COSTA, Heloisa Soares de Moura. **O comum e a metrópole brasileira: além do impasse da reforma urbana?** In Anais do XVII Encontro Nacional da

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017.

RAMÍREZ-KURI, P. **La fragilidad del espacio público en la ciudad segregada**. In: CORDERA, R.; RAMÍREZ-KURI, P.; ZICCARDI, A. Pobreza, desigualdad y exclusión social en la ciudad del siglo XXI. Ciudad de México: Siglo XXI, 2008.

REYNOLDS, R. **On Guerrilha gardening: handbook for gardening withow boundaries**. Reino Unido: Bloomsbury, 2009.

RYDIN, Y. et al. **Shaping cities for health: complexity and the planning of urban environments in the 21st century**. Lancet, v.379, n.9831, p.2079-2108, 2012. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3428861/>>

ROLNIK, R. et al. **Solo urbano e habitação de interesse social: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país**. Revista de Direito da ADVOCEF – Ano VII – Nº 13 – Nov 11. Disponível em: < <http://www.advocef.org.br/wp-content/uploads/2014/11/13-novembro2011.pdf#page=124>>

RUA, João. **O urbano no rural fluminense e o preço da terra**. In: FERREIRA, Alvaro et al. Metropolização do espaço territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 392.

SANTOS, M. **A urbanização Brasileira**. Editora: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: EDUSP, 2008 [1981].

SANTOS, Janio. (2008). **Reestrutura urbana x reestruturação da cidade: o caso de salvador**. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 10., 2008.

SANTOS, Gêisa Cunha dos; RODRIGUES, Maria da Paz de Jesus. **Urbanidades e ruralidades na cidade de Valente-Bahia**. v. 2, n. 4, p. 7-22, 2018. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/article/view/2913/pdf>

SANTANDREU, A.; LOVO, I. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção: identificação e caracterização de iniciativas de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras**. 2007.

STEWART, R., et al. What are the impacts of urban agriculture programs on food security in low and middle-income countries? Environmental Evidence, v. 2, n. 1, p. 1, 2013.

SHILLINGTON, Laura J. "Right to food, right to the city: Household urban agriculture, and sacionatural metabolism in Managua, Nicaragua." Geoforum 44 (2013): 103-111.

SILVA, Joilson Cruz da. **Infraestrutura Urbana e Desigualdade Socioespacial na Cidade de Salvador-Bahia**. 2016.

SOARES, Antonio Mateus de C. "TERRITORIALIZAÇÃO" E POBREZA EM SALVADOR-BA. Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia, v. 4, n. 2, p. 17-30, 2006.

SCHITTINI, Gilberto de Menezes. "Agricultura urbana e direito à cidade: anotações teóricas para uma agroecologia urbana." Cadernos de Agroecologia 15.2 (2020).

SINGER, Paul. **O uso do solo urbano na economia capitalista (e da cidade) no Brasil industrial**, São Paulo. Alfa-Omega, 1979 p. 21 36.

SINGER, Paul. **Economia política urbanização**. 3 ed. São Paulo: Contexto. 2017.

SOUSA, Leonardo Veronez de. Experiências de agricultura (peri) urbana coletiva: outras experiências económicas?. Diss. Universidade de Coimbra (Portugal), 2014.

SOUZA, Mariana Barbosa de; COSTA, João Paulo Reis; ZANCHI, Verence. **Agricultura Urbana sob o Prisma da Agroecologia e da Agricultura Orgânica**. In: Anais 1º Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional. 2016. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/souza_costa_zanchi.pdf&ved=2ahUKEwj62ZCHubf4AhXxA7kGHWCLDDcQFnoECA0QAQ&usq=AOvVaw0QBwM4eDKXCvuCgw-Uzdy6>

SMIT, Jac; RATTA, Annu; NASR, Joe. (2001). **Urban agriculture: food, jobs and sustainable cities**. New York: UNDP. 330 p. (United Nations Development Programme).

VALIERI, T. S. D. **Agricultura Urbana na cidade de Curitiba: o caso do loteamento Vitória Régia**. 2012. Monografia (Especialização em Construções Sustentáveis) - Departamento Acadêmico de Construção Civil, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, UTFPR. Curitiba, 2012.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **A cidade, o urbano, o lugar**. Revista GEOUSP, v. 6, p. 11-15, 1999.

van HOLTHE, Jan Maurício Oliveira. (2003). **Quintais Urbanos de Salvador – realidades, usos e vivências no século XIX**. Cadernos PPG-AU, Salvador, v. 2, n. 1, 2003.

WIRTH, L. **O urbanismo como modo de vida**. In VELHO, G.O. O fenômeno urbano. 4ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979 p.68-89.

ZAAR, Miriam-Hermi, **A Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) no Marco da Soberania Alimentar**. Sociedade e Território – Natal. Vol. 27, N. 3, p. 26 - 44. Jul./Dez. de 2015.

ANEXO A – Questionário Aplicado

Este questionário compõe a pesquisa sobre " **Hortas urbanas em territórios populares soteropolitanos: Desafios na construção do Comum e na concretização do Direito à Cidade.**", desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador – UCSAL, pela mestrandia Scheila Bulhões Santana, sob orientação da Profa. Maya Constance Manzi Delaporte.

A presente pesquisa visa analisar os benefícios socioambientais gerados pelas hortas urbanas comunitárias avaliando as possibilidades dentro da criação de novas redes de solidariedade, a melhoria da qualidade ambiental e da paisagem urbana, das práticas autônomas de subsistência além da sua contribuição para a justiça ambiental e soberania alimentar.

O(A) Sr(a). tem plena liberdade para não responder qualquer pergunta, ou para recusar-se de participar da pesquisa, sem necessidade de explicação ou justificativa, em qualquer fase da pesquisa, que será realizada neste ambiente virtual.

Para evitar qualquer constrangimento em consequência da pesquisa, a privacidade será assegurada através da dispensa de sua identificação pessoal para registro dos posicionamentos. A verdade é muito importante para o êxito da pesquisa.

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com a pesquisadora responsável Scheila Bulhões Santana a qualquer momento para informação adicional no endereço Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 - Pituáçu, Salvador – BA, Campus da Universidade Católica do Salvador, ou pelo e-mail scheila.souza@ucsal.edu.br

Li e declaro, para os devidos fins, que tenho ciência dos objetivos da pesquisa, da divulgação dos resultados gerais, consentindo com os termos apresentados.

Concordo **Não concordo**

Tipo de Horta:

Horta comunitária ()

Quintal Produtivo ()

Qual a localização:

1. Dados Gerais:

1.1 Nome responsável:

1.2 Contato:

1.3 Sexo:

M | F

1.4 Idade:

1.5 Naturalidade:

1.6 Estado Civil:

1.7 Tem filhos?

1.8 Quantos?

1.9 Ajudam na horta?

1.10 Qual sua raça?

Branco | Pardo | Negro | Amarelo

1.11 Renda familiar:

Menos de um salário

Entre 1 e 2

Entre 2 e 3

Acima de 3

1.12 Qual sua principal fonte de renda?

1.13 Grau de Instrução:

Analfabeto

1º grau (ensino fundamental) incompleto

1 grau (ensino fundamental) completo

2º grau (ensino médio) incompleto

3º grau (ensino superior) incompleto

3º grau (ensino superior) completo

1.14 Desde que idade cultiva?

1.15 Com quem aprendeu?

1.16 Qual razão te levou ao trabalho com a horta?

Ajuda na renda familiar

Melhorar a alimentação da família/ comunidade

Para ser auto suficiente

Outra

2. Sobre o espaço

2.1 Como surgiu o seu envolvimento com a horta?

2.2 Existe incentivo para a participação do trabalho efetivo com a horta? Qual?

2.3 Sabe dizer a quanto tempo existe a horta?

1 a 3 anos

3 a 5 anos

5 a 10 anos

Acima de 10 anos

2.4 Poderia contar um pouco sobre o espaço... Sabe dizer o que era antes de ser horta?

2.5 Qual o tamanho da área cultivada?

2.6 Como é o espaço em que a horta está localizada?

Ambiente altamente urbanizado

Área verde com árvores e vegetação

Perto de um curso de água

Área de risco ambiental

Outro, qual?

2.7 Para você qual foi a maior dificuldade na criação e manutenção da horta?

3. Sobre a horta: manejo, solo, adubo

3.1 Quantas pessoas participam do trabalho da horta?

3.2 Todos podem participar das atividades da horta? Existe algum tipo de seleção?

3.3 Existe alguma forma de divisão das atividades?

3.4 Existe um responsável pela horta?

3.5 O que é cultivado?

3.6 Algumas plantas são cultivadas em consorcio (em conjunto)? Se sim, Por quê?

3.7 Existe cultivo por ciclo?

Sim | Não

3.8 Existe algum tipo de rotação de cultivo?

Sim | Não

3.9 Adota medidas de proteção ao solo e ao cultivo?

Sim | Não

3.9.1 Se sim, qual?

3.10 Quais plantas são cultivadas de forma permanente?

3.11 Qual a parte mais difícil no manejo com a horta?

3.12 Faz uso de equipamentos de proteção individual são utilizados?

Sim | Não

3.12.1 Se sim, quais?

3.13 Como conseguem as sementes e mudas?

3.14 Possui um banco de sementes?

3.15 Quais são os adubos utilizados?

Esterco de Gado

Esterco de Galinha

Húmus de minhoca

Inorgânico

Outro

3.16 Onde consegue o adubo?

Eu faço meu próprio adubo

Doado por um vizinho/amigo dentro da comunidade

Doado por alguém fora da comunidade

Compro de um vendedor dentro da comunidade

Compro de um vendedor fora da comunidade

Outro

3.16.1 Se outro, qual?

3.17 Onde é armazenado o adubo?

3.18 Se faz uso de adubo inorgânico, qual a quantidade utilizada por mês? Em que frequência?

3.19 Houve orientação de Assistência Técnica?

Sim

Não

3.19.1 Se sim, quais?

3.19.2 Por quê?

3.20 Como é feito o controle de pragas e doenças?

3.21 Utiliza produtos químicos?

Sim | Não

3.21.1 Se sim, como é feito o descarte das embalagens?

3.22 Costuma reaproveitar alguma coisa?

Sim | Não

3.22.1 De que maneira?

3.23 Existe animais em sua propriedade?

Sim | Não

3.23.1 Se sim, quais são os animais?

3.23.2 Por que faz criação de animais?

3.24 Faz uso de alguma máquina?

Sim | Não

3.24.1 Se sim,

É próprio?

Emprestado? De quem?

Alugado? De quem?

3.25 Para você qual parte do trabalho da horta precisa de mais recurso financeiro? Como consegue esse recurso?

3.26 Qual parte do trabalho da horta precisa de mais recurso humano? Como consegue esse recurso/ajuda?

3.27 Quanto tempo por dia você dedica a horta?

3.28 Está associado a alguma cooperativa?

Sim | Não

3.28.1 Se sim, qual o nome da Cooperativa?

3.28.2 O que proporciona a Cooperativa?

3.28.3 Quantos agricultores são membros da Cooperativa?

3.29 Como é feita a partilha da produção?

3.30 Qual o destino da colheita?

Comercialização

Subsistência

3.31 Você considera sua produção é rentável?

Sim | Não

3.31.1 Qual a sua renda aproximada derivada da horta?

_____ mensal

_____ anual

3.32 Como é feita a comercialização?

- Direta
- Com atravessador
- Outra, qual?

3.33 Qual tipo de mercado atende?

- Venda em rede social
- Venda em mercado local
- Venda em Mercados regionais
- Vendas pontuais em feiras de artesanato/feiras orgânicas ()Outros ()

3.34 Quem vende a produção?

4. Sobre a Água

4.1 Tem acesso facilitado a água?

- Sim | Não

4.2 Possui licença de uso da água (Outorga de água)?

- Sim | Não

4.3 Qual a procedência da água?

- Poços
- Cisternas
- Tanque
- Represas
- Pântanos
- Carros pipa
- Ponto de Fornecimento

4.4 Faz algum tratamento?

- Sim | Não

4.5 Existe poço próprio?

- Sim | Não

4.6 Faz uso de algum maquinário para à rega?

- Sim | Não

4.6.1 Se sim, qual?

4.7 Qual o volume de água utilizada diariamente/mensalmente?

4.8 Utiliza períodos determinados para rega?

Sim | Não

4.8.1 Se sim, qual o período da rega?

5. Sobre o Lixo

5.1 Existe algum cuidado com a redução do lixo gerado?

Sim | Não

5.2 Como você reduz o desperdício em sua propriedade?

5.3 Existe coleta regular de lixo?

Sim | Não

5.4 O lixo é separado para coleta seletiva?

Sim | Não

5.5 Faz uso de materiais reciclados na horta?

Sim | Não

5.5.1 Se sim, quais?

Plásticos

Vidro

Papéis

Restos de plantas e poda

Outros

6. Específicas para Hortas Comunitárias

6.1 Onde está localizada a horta?

6.2 Há quanto tempo existe a comunidade?

6.3 Quando começou o trabalho com a horta?

6.4 Onde fica localizada a horta?

Na área central

Na área periférica (nas margens) da comunidade

6.5 Existe algum movimento motivador dentro da comunidade para participação no trabalho com a horta?

6.6 Existe animais em sua comunidade?

Sim | Não

6.7 Sobre o possível lucro existente da comercialização da produção, sabe como é feita a partilha?